

# CIDADE

## Crianças e natureza, uma combinação saudável

AUTOR (ES): **CHRISTIANE ANGELOTTI** 12 / MAR / 2017 - 12 / MAR / 2017



Quem vive em grandes cidades, cercado por concreto, fumaça, espaços limitados, gente por todos os lados, sente na pele como a falta de convivência com a natureza afeta nossas vidas. Muitas vezes demoramos a perceber o estresse que isso nos causa. Respirar ar puro, sentir o cheiro de mato, da terra, ter contato com ela, com as plantas, apreciar o silêncio, contemplar a paisagem ao ar livre, todas essas pequenas grandes coisas afetam nossa saúde física, mental e emocional — e não só a nossa, de adultos, mas a das crianças também.

### **Os ambientes fabricados versus os naturais**

Os ambientes destinados às crianças estão cada vez mais artificiais, com menos grama, terra, possibilidade de exploração de outros materiais que não

os brinquedos industrializados, sem falar em árvores e plantas. Quando deixamos de oferecer diversidade no ambiente em que a criança vive, limitamos seu aprendizado, sua vivência exploratória, sua curiosidade. Há ambientes destinados às crianças com grama artificial, sintética (Sim, existe, tem como base a sílica, costuma ser colorida e não dá para fazer nada com ela), brinquedos de plástico... Perde-se a possibilidade de manipular materiais diferentes, conhecer texturas, formas e cores não artificialmente fabricadas ou pré-determinadas.

Podemos comparar um “ambiente fabricado” e um “ambiente natural”, como, por exemplo, um parque com árvores, plantas, terra, terreno irregular, raízes, brinquedos feitos com materiais diversos. O que o segundo proporciona? É um ambiente cheio de vida, de possibilidades, de exploração e que se transforma sempre. Enquanto o primeiro ambiente, que chamamos de “ambiente artificial”, é um espaço com experiências limitadas, de estímulos limitados, muitas vezes planejados, mas que não se abrem para outras possibilidades, como a contemplação, ignorando a possibilidade de troca, de interferências e de transformação que a natureza confere. Olha quantas possibilidades perdemos ao limitarmos o ambiente de brincadeira das crianças, incluindo o respeito pela natureza e o meio ambiente. Como elas aprenderão a respeitar e admirar algo que não conhecem realmente?

### **Os benefícios da integração com a natureza**

Não é à toa que pediatras do mundo inteiro estão cada vez mais receitando clinicamente um maior contato das crianças com a natureza, que convivam com animais, coloquem os pés na terra, brinquem ao ar livre. Recentes estudos em Pediatria apontam vários benefícios na maior integração entre criança e natureza. Os benefícios da vivência de crianças na natureza são inúmeros, muitos já conhecidos e outros ainda em estudo. Entre eles estão o aumento do rendimento escolar nas escolas que investem nessa integração, o aumento da prática de atividades físicas, a diminuição de casos de bullying, o aumento da imunidade, melhoras no sono e na memória, além dos benefícios emocionais e psicológicos. A inteligência da criança se desenvolve com a experimentação, sua interação com o meio e com os outros. Garantir que essas experiências sejam ricas em estímulos é dever nosso, como adultos.

## **Os perigos e os sintomas de uma vida longe da natureza**

A privação de natureza na vida das crianças vem sendo estudada há algum tempo e especialistas relatam que as crianças privadas deste convívio tendem a desenvolver uma série de sintomas ligados ao estilo de vida em ambientes fechados, que vão desde a alimentação, com o alto consumo de alimentos processados e industrializados, ricos em sal e conservantes, até o pouco convívio com os pais, o que implica diretamente em sintomas comportamentais e de educação (não é a quantidade de tempo de convivência com os pais a questão, e sim a qualidade dele). Além destes, sintomas como agitação (são crianças que não extravasam energias em brincadeiras ao ar livre), excesso de brincadeiras com eletrônicos, ansiedade, tendência a problemas oftalmológicos (também causados pelo excesso de tempo destinado aos eletrônicos e falta de exercícios para visão a longa distância), solidão (as crianças têm menos amigos), insônia, apatia, fadiga, aumento dos casos de deficiência de vitamina D, causados principalmente por falta de exposição ao Sol, entre outros.

## **Cidades verdes e futuro do planeta**

A natureza proporciona trocas, compartilhamento, exercício da criatividade, atividades em grupo, coisas essenciais para a construção de uma sociedade mais saudável e feliz. As cidades com gestões mais conscientes têm buscado oferecer aos seus moradores espaços alternativos para lazer, avenidas fechadas para propiciar caminhadas, práticas esportivas e espaços para brincadeiras. O ideal é que também ocorram grandes movimentos para revitalizar praças e parques públicos para que possamos ter opções de lazer gratuitas, saudáveis e fora dos shoppings centers. Nas cidades litorâneas com abundância de recursos naturais é mais fácil promover essa integração. Já a relação criança e natureza pode ser incentivada desde muito cedo, nas viagens em família, nos passeios aos parques, nas escolhas de passeio: praça/parques x shoppings. É uma mudança de olhar, de cultura, para a preservação e restauração da saúde das gerações atuais e futuras, a fim de garantir a sobrevivência da nossa espécie e de nosso planeta.

*Referências no tema Criança e Natureza*

Richard Louv, jornalista e ativista: <http://richardlouv.com/>  
Daniel Becker, pediatra: <http://pediatriaintegral.com.br/>  
Blog Ser Criança é Natural, no site Conexão Planeta:  
<http://conexaoplaneta.com.br/blog/category/ser-crianca-e-natural/>

Fonte: Para Educar <http://www.paraeducar.com.br/>

# Como sua cidade vai garantir os direitos da criança no Carnaval?

AUTOR (ES): **THAÍS NASCIMENTO DANTAS** 21 / FEV / 2017



O Carnaval é reconhecido como uma das mais importantes manifestações da cultura brasileira e anima milhões de foliões pelo Brasil afora: somente as capitais Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo recebem mais de um milhão de turistas nesse período.

A integração de crianças aos festejos de Carnaval representa, sem dúvida, um importante meio de acesso à cultura e ao lazer, direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Mas o que nem sempre se enxerga, por trás de trios elétricos e carros alegóricos que dominam as avenidas, é a exploração de crianças que cresce

nessa época, especialmente em decorrência do aumento dos casos de violência sexual e trabalho infantil [i].

No Carnaval, é grande o número de crianças trabalhando, a despeito da vedação ao trabalho infantil prevista no ECA: no Brasil, o trabalho só é permitido a maiores de 16 anos, sendo permitido a partir dos 14 anos somente na condição de aprendiz.

Por conta da intensa circulação de pessoas nas ruas durante o Carnaval, o trabalho infantil nessa época se concentra no mercado informal, em atividades como venda ambulante e coleta de material reciclável [ii] – duas das piores formas de trabalho infantil, conforme prevê a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto 6.481 de 2008 [iii].

Ainda, conforme o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI) [iv], ambas as atividades envolvem riscos graves, que podem ter repercussões permanentes na saúde e integridade da criança. No caso do comércio ambulante, os principais riscos são o levantamento de peso excessivo, a exposição à radiação solar e à chuva, os acidentes de trânsito e a exposição à violência, drogas e assédio sexual. Já a coleta de material reciclável, além dos riscos citados anteriormente, traz como principais perigos os acidentes com materiais cortantes e a contaminação por agentes biológicos e químicos.

As justificativas para o aumento do trabalho infantil no Carnaval são diversas. Inicialmente, há de se falar na naturalização dessa prática pela sociedade: a imagem de uma criança vendendo produtos ou recolhendo materiais nas ruas tem sido cada vez mais banalizada. Ainda, com a grande circulação de turistas, crescem as possibilidades de lucro, o que compele famílias – incluindo crianças – que estão em situação de vulnerabilidade e necessidade financeira a trabalhar. Justamente pelas diferentes causas, é fundamental que o combate ao trabalho infantil envolva políticas de conscientização social e ações de fiscalização.

Também no Carnaval, aumentam os casos de violência sexual, contrariando as disposições do ECA que criminalizam condutas atentatórias à dignidade sexual de crianças e adolescentes. A título de exemplo, somente no âmbito



do apurado pela plataforma Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos [v], foram recebidas 4.480 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no primeiro trimestre de 2015 [vi] – período este que engloba o Carnaval. Em 2016, o mesmo cenário se repetiu à época do Carnaval: foram 4.953 denúncias sobre exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nos primeiros quatro meses do ano [vii].

A preocupação com esses casos fica ainda maior diante dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2016) [viii]: 70,1% dos casos de estupro são cometidos contra crianças e adolescentes – destes, 50,7% são cometidos contra pessoas de até 13 anos. Ou seja, a violência sexual contra crianças é uma infeliz constante.

Há duas principais formas de violência sexual: o abuso, que corresponde à utilização de criança para satisfação de desejos sexuais do abusador, e a exploração sexual, que é a utilização de criança com fins comerciais e de lucro.

No Carnaval, ambos os tipos de violência sexual crescem, motivados especialmente pela naturalização desse tipo de violência – é a chamada “cultura do estupro”. Nesse sentido, é preciso lembrar dos casos de violência ocorridos no âmbito doméstico, bem como da prática de turismo sexual, ainda significativa no país [ix].

Assim, as principais estratégias para o enfrentamento da violência sexual devem prever campanhas de conscientização, prevenção e fiscalização.

Vale destacar que, em razão da hipervulnerabilidade da criança, violações de direitos sofridas durante a infância provocam graves danos e consequências para toda a vida do indivíduo, o que torna ainda mais urgente o combate ao trabalho infantil e à violência sexual.

Além da ação federal, é fundamental que as cidades criem estratégias locais para combater a violação aos direitos da criança. Pensando nisso, o projeto Prioridade Absoluta, do Instituto Alana, elaborou um modelo de pedido de informação [x], pautado pela Lei de Acesso à Informação [xi], para que cidadãos possam questionar e cobrar a Prefeitura de suas cidades sobre as ações voltadas à proteção da criança no Carnaval, bem como aos casos de

trabalho infantil e violência sexual, já que a preocupação com crianças e adolescentes deve ser uma constante no planejamento estatal.

Essa mobilização já gerou os seus primeiros resultados: O Distrito Federal respondeu informando que há uma campanha planejada para o período do Carnaval e que em janeiro foi publicada uma Portaria pela Vara de Infância e Juventude, que dispõe sobre a entrada de crianças e adolescentes em bailes carnavalescos e a participação em desfiles de escolas de samba, ligas e agremiações [xii].

A campanha de Carnaval do projeto Prioridade Absoluta tem por base um pressuposto fundamental: a criança é responsabilidade de todos e qualquer violação a seus direitos deve ser combatida e não naturalizada. E é justamente isso o que garante o artigo 227 da Constituição Federal: a prioridade absoluta dos direitos da criança, a ser assegurada pelo Estado, pela família e pela sociedade. Por isso, em caso de violação aos direitos da criança, disque 100 e denuncie. É preciso o esforço de todos para que a infância seja verdadeiramente a prioridade absoluta.

**i Número de denúncias de exploração contra crianças e adolescentes cresce no carnaval.** Disponível em:

<<http://www.promenino.org.br/noticias/especiais/especial-carnaval---home-12250>>. Acesso em 20 fev. 2017.

**ii Parecer da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara de Deputados sobre Trabalho Infantil.** Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1292487](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1292487)>. Acesso em 20 fev. 2017.

**iii Decreto 6.481 de 2008.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm)>. Acesso em 20 fev. 2016.

**iv** Disponível em: <<http://sistemasiti.mte.gov.br/riscos.aspx>>. Acesso em 20 jan. 2017.

**v O ‘Disque 100’**, também conhecido como ‘Disque Direitos Humanos’, é um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos sete dias da semana. As denúncias recebidas na Ouvidoria e no Disque 100 são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis.

Disponível em:



<<http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>>.  
Acesso em 20 fev. 2017.

vi **Disque 100: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015.**

Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-d-e-violencia-sexual-contra-....>>. Acesso em 20 jan. 2017.

vii **Disque 100 recebe quase cinco mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes nos primeiros quatro meses de 2016.**

Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/maio/disque-100-recebe-quase-cinco-mil-denuncias-de-violencia-se....>>. Acesso em 26 jan. 2017.

viii **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (2015).** Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21849](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21849)>. Acesso em 17 fev. 2017.

ix **Turismo sexual estimula exploração sexual infantil no Brasil.**

Disponível em:

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100730\\_brasil\\_pedofilia\\_rc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100730_brasil_pedofilia_rc.shtml)>. Acesso em 20 fev. 2017.

x **Carnaval sem trabalho infantil e sem violência sexual.** Disponível em:

<[http://prioridadeabsoluta.org.br/mobilizacao/carnaval-sem-trabalho-infantil-e-sem-violencia\\_sexual/&....](http://prioridadeabsoluta.org.br/mobilizacao/carnaval-sem-trabalho-infantil-e-sem-violencia_sexual/&....)>. Acesso em 20 fev. 2017.

xi **Lei 12.527 de 2011.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.  
Acesso em 20 fev. 2017.

xii **Distrito Federal responde advogada sobre ações de proteção à criança no carnaval.** Disponível em:

<<http://prioridadeabsoluta.org.br/noticias/distrito-federal-responde-advogada-sobre-acoes-de-protecao....>>. Acesso em 20 fev. 2017.

*Thaís Nascimento Dantas é Advogada do Projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana.*

*Foto: Renata Assumpção/Prioridade Absoluta*

# Transporte Escolar Precário: na contramão da educação

AUTOR (ES): **THAIS NASCIMENTO DANTAS** 06 / DEZ / 2016



O acesso à educação no Brasil é crescente: o ensino fundamental é acessado por mais de 98% da população de 6 a 14 anos (IBGE/Pnad, 2012). Tais números, no entanto, mascaram uma outra realidade: muitas crianças têm o acesso à educação impedido pela precariedade do transporte escolar, assegurado no artigo 208 da Constituição Federal. Também segundo tal artigo, o transporte é considerado mecanismo fundamental para assegurar o pleno acesso à educação.

E é exatamente o que pesquisas sobre o tema constata. Segundo estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)[1], há uma relação entre nível socioeconômico e desempenho escolar, tendo em vista que a maior distância até a escola e a dificuldade no deslocamento impactam a participação do estudante nas aulas e da família na vida escolar. Nesse sentido, pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o apoio da

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)[2], aponta o transporte escolar como a mais prioritária iniciativa de apoio à educação.

E o transporte escolar deve ser prestado de maneira adequada e com qualidade: para que seja capaz de efetivar o direito à educação, é preciso que atenda às previsões legais que regulam o serviço público. Isso significa que deve satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, conforme artigo 175 da Constituição Federal e artigo 6º, §1º da Lei nº 8.987 de 1995. Entretanto, tais condições não vêm sendo observadas na prestação do serviço de transporte escolar, especialmente no interior e nas zonas rurais do país.

Mais do que isso, são desrespeitadas diversas previsões relativas às condições dos veículos, previstas no artigo 139 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), sendo identificada ausência de cintos de segurança, tacógrafo, lanternas, extintores de incêndio, janelas e portas com trava de segurança etc. Há ilegalidades também em relação aos condutores, contrariando as previsões do artigo 138 do CTB, tais como falta de habilitação, desrespeito à idade mínima para dirigir, cometimento infração grave ou gravíssima, entre outras.

Tais irregularidades têm gerado acidentes fatais: o despreparo de motoristas tende a colocar crianças em situações de risco; e defeitos em veículos, como a falta de travas em portas, por exemplo, fez com que crianças fossem lançadas para fora do automóvel e morressem. Essa situação coloca em risco não só o direito à educação, mas também a integridade, a saúde e a vida de crianças – as quais, ressalte-se, gozam de absoluta prioridade.

Segundo o artigo 227 da Constituição Federal, crianças são a prioridade absoluta da nação: devem ter seus interesses colocados em primeiro lugar para que seus direitos sejam atendidos com plenitude. Somado a isso, o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), detalha a garantia de prioridade absoluta e prevê, com clareza, que a criança deve ter **precedência de atendimento nos serviços públicos, como é o caso do transporte escolar, contando, para isso, com preferência nas políticas públicas e no orçamento.** A precariedade do transporte escolar, portanto, desrespeita de maneira gritante tal garantia, ao submeter crianças a esse tipo de risco, o que deve ser combatido por todos; afinal, a criança é responsabilidade da família, do poder público e da sociedade.

Nesse cenário, o estado do Ceará desponta como um dos locais com a situação mais precária: a despeito dos gastos elevados – cerca 600 milhões de reais são gastos apenas com aluguel de veículos[3] –, os problemas persistem, especialmente no que diz respeito ao déficit no fornecimento do serviço, más condições dos veículos e ilegalidades referentes aos condutores. Ano após ano, crianças morrem a caminho da escola no estado: desde 2013, ao menos cinco casos de acidentes fatais foram noticiados.

Não é admissível aguardar que mais mortes ocorram – como parece ser a postura oficial de estados e municípios que não tomam providências capazes de garantir um

acesso seguro à escola. A grave situação do transporte escolar no país torna imperioso agir.

Pensando nisso, o projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana e o Ministério Público do Estado do Ceará firmaram parceria[4], com o intuito de que seja este o primeiro passo para combater o descaso com o transporte escolar e com a vida dessas crianças. Por meio da parceria, serão disponibilizados materiais para facilitar o controle e a fiscalização do serviço – atentando desde o orçamento até as condições em que os veículos são postos em circulação. O objetivo é facilitar a atuação de promotores públicos, fortalecendo com isso a promoção de um transporte escolar adequado e a defesa dos direitos da criança.

É responsabilidade de todos – família, poder público e sociedade – cobrar, fiscalizar e efetivar um transporte escolar com qualidade e segurança, que respeite as previsões legais e que não ofereça riscos à educação, à integridade, à saúde e, especialmente, à vida de nossas crianças. É preciso manter firme o propósito constitucional de que os direitos da criança sejam, verdadeiramente, prioridade absoluta.

---

[1] Low-performing students: why they fall behind and how to help them to succeed, PISA, OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/low-performing-students\\_9789264250246-en#page16](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/low-performing-students_9789264250246-en#page16)>. Acesso em 16 fev. 2016.

[2] O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil, 2014. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_enfrentamento\\_exclusao\\_escolar.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_enfrentamento_exclusao_escolar.pdf)>. Acesso em 16 fev. 2016.

[3] Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/especiais/descaminhosdaescola/dinheiro-pelo-ralo-1.1323642>>. Acesso em 11 jul. 2016.

[4] Disponível em: <<http://prioridadeabsoluta.org.br/acoes-institucionais/transporte-escolar-de-qualidade-atuacao-frente-a-nao-prestacao-e-precariacao-do-servico/>>. Acesso em 05 dez. 2016.

## Assista ao vídeo do Encontro do MIB na Periferia



No dia 22 de outubro, o Mapa da Infância Brasileira reuniu 22 representantes de iniciativas cujas ações impactam a vida das crianças, suas famílias e comunidades, na Casa de Cultura do Campo Limpo. Os atores participaram do Encontro do MIB durante a II Semana do Brincar na Periferia, realizada em diversos locais na zona sul da cidade.

O encontro, realizado de forma colaborativa pelo 'Grupo de Ação Encontros do MIB na Periferia', possibilitou a troca de experiências e o diálogo acerca das questões "Se eu fosse criança hoje, onde eu brincaria" e "Qual o espaço público da infância". O evento foi permeado com dinâmicas de integração, feira de iniciativas e roda de diálogo mediada por Anabela Gonçalves, coordenadora da Casa de Cultura do Campo Limpo.

Representantes das seguintes iniciativas estiveram presentes: Aqui a gente brinca, Associação Comunitária Monte Azul, Bora Brincar, Brincantes Urbanos, Casa de Cultura do Campo Limpo, Criacidade, EMEF Mario Fittipaldi – CEU Guarapiranga, EMEI Anísio Teixeira – Vamos brincar na rua?,



Escolas Transformadoras, Espaço Marciana, Vozes da Infância Brasileira (VIB), Escola Kid's Home, PIÁ, Projeto Casulo, Pró Saber e REBRINC.

Confira o vídeo do encontro:

## Uma cidade educadora é aquela que escuta suas crianças

AUTOR (ES): **DANILO MEKARI / APRENDIZ** 04 / SET / 2016



Quando Doutor Zinho quer tornar as manhãs, tardes e noites de crianças hospitalizadas mais alegres e sorridentes, seu primeiro passo é parar no batente da porta do quarto e pedir licença para entrar. Olha no olho, fala de

igual para igual e, entre uma ou outra palhaçada, busca a convergência possível entre corpos pequenos e grandes, na construção de um encontro que potencialize o que há de melhor nas pessoas envolvidas.

Doutor Zinho é o nome artístico de Wellington Nogueira, ator e palhaço que fundou, em 1991, o grupo Doutores da Alegria. Desde então, o ator vem adaptando aquilo que faz no teatro e no circo para a “plateia de um” que os palhaços-doutores encontram nos hospitais em que atuam. A continuidade dessa experiência permitiu ao grupo criar uma metodologia de escuta infantil que, para 94% dos profissionais de saúde envolvidos, transformou o olhar dos pequenos pacientes sobre a sua própria doença.

“Qual recurso temos na nossa formação que vai ajudar a estabelecer um contato mais direto com a criança?”, questiona Nogueira, que participou do seminário Se essa rua fosse minha... Vamos ouvir as crianças?, ocorrido na última sexta-feira (26/8) na UMAPaz (Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz), em São Paulo.

O encontro, organizado pelo Núcleo de Ação do Mapa da Infância Brasileira (MIB), reuniu dezenas de pessoas de diversas instituições da cidade que atuam junto com crianças em comunidades, escolas, bairros, praças, parques, ruas, condomínios, cortiços e hospitais, em busca de metodologias de escuta infantil que abarquem as diversas infâncias presentes nos territórios de São Paulo.





Seminário

“É apenas quando somos coautores que vivemos um bom encontro”, define Nogueira. “Construímos essa metodologia junto às crianças, através da linguagem que elas entendem melhor: o jogo.” Para ele, também é necessário entender que cada criança tem seu tempo e seu espaço de confiança.

“Nesse processo, temos o prazer de aprender com a sabedoria das crianças”, observa o palhaço, lembrando que tais encontros são tão poderosos que criam momentos de suspensão da realidade, como quando um corredor de hospital se transformou em pista para uma corrida de cadeira de rodas. “A questão da escuta infantil não é etérea – ela é factível e tem resultados, e está sempre em busca de construir uma cidade saudável.”

A educadora e documentarista Renata Meirelles também compartilhou a sua experiência à frente do projeto Território do Brincar, que divulga através de vídeos, fotos e textos as diversas formas de brincadeira e culturas infantis que existem no Brasil. “Para escutar o outro você tem que assumir a sua própria

escuta e, mais difícil, assumir os seus próprios desejos”, aponta. “O nosso projeto é uma síntese disso: uma escuta movida pelo desejo, no qual temos a oportunidade de viver com crianças nos vinculando com a sua maior expressão, o brincar, mostrando em sua máxima potencia quem elas são.”

Segundo Renata, conhecer o contexto em que o outro está inserido favorece a escuta. “Cada encontro é estabelecido pela cumplicidade vivida na relação entre aquelas pessoas. A cada lugar que vamos, antes de mais nada, nos apresentamos, deixando claro nosso olhar. Reunimos todos os envolvidos, adultos e crianças, para criar um lugar de empatia e um elo incrível.”



seminário

Com a intenção de estimular a participação social de crianças na construção de ambientes urbanos, expressando a vontade de ouvir o que elas sentem, pensam e desejam para o lugar onde vivem, o seminário também pretende levar as sugestões e propostas das crianças para o novo prefeito da capital paulista, que será conhecido em outubro.

Para Adriana Friedmann, coordenadora da iniciativa Mapa da Infância Brasileira, o principal objetivo do seminário é impactar a qualidade de vida das crianças. “Queremos mostrar a importância da escuta das crianças e como cada um em seu território pode acolher essas vozes e olhares infantis, pois elas têm repertório e são atores de suas próprias vidas”, afirma.

Já Rodrigo Rubido, representante do Instituto Elos, citou a necessidade de a cidade revolucionar seu relacionamento com a criança. “Não devemos ouvi-las sem antes estabelecer a conexão e querer conhecê-las uma a uma”, observa. “Não temos a ingenuidade de apenas fazer o que a criança diz, pois ela é capaz de discutir, ouvir diferentes opiniões e talvez mudar a sua. O debate de ideias aumenta o potencial da criança, e nossas cidades serão muito melhores com a infância participando dela.”



World Café

A segunda parte do seminário foi dedicada à construção conjunta de uma metodologia para que sejam realizadas escutas infantis em diversos territórios da cidade. A partir de um World Café – metodologia na qual os participantes

se dividem em pequenos grupos e se revezam constantemente, garantindo espaço e tempo de fala para todos os interessados –, cada um pode apresentar a sua experiência e agregar outras práticas de escuta, debatendo quais dessas experiências são mais viáveis para serem utilizadas durante o mês de setembro e outubro.

Durante a conversa, foram citadas experiências locais de escuta, como o Criança Fala, que acontece no Glicério, bairro central de São Paulo, e internacionais, como o Conselho de Crianças de Rosário, na Argentina, e o conceito de Cidade das Crianças, do educador italiano Francesco Tonucci. “É preciso garantir a escuta da criança como uma prática cotidiana da cidade”, pontuou Agda Sardenberg, coordenadora executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz.

O encontro produziu uma síntese que elencou princípios para os processos de escuta de crianças:

Sutileza: olho no olho

Pedir licença: nunca adentre o espaço da criança sem o consentimento dela

Convergência: colocar-se numa postura assimétrica com a criança, de igual para igual

Cocriação: criação de convergências, abertura para a troca e a construção coletiva

Respeitar o tempo da criança: preservação dos momentos da infância

Não julgar: despir-se de julgamentos prévios em relação à criança

Trabalhar em dupla: acreditar que os olhares se complementam

Acolher o espontâneo: dar espaço para o inusitado, deixar-se surpreender

Acolher as diferentes linguagens: as crianças se expressam de diferentes formas, observar o não-verbal

Reaprender a ouvir: escuta atenta

Aplacar a ansiedade: respirar antes de começar o processo de escuta

Inverter os papéis e se conectar com nossos próprios sentimentos e emoções

Confiar e aprender com a sabedoria das crianças

Construir vínculo

Ter consciência de seu papel: adulto não é porta-voz, adulto é ponte

Respeitar a diversidade cultural: as crianças vivem em diferentes contextos, partilham de experiências diversas

Partindo desses princípios, as diversas entidades, coletivos e movimentos presentes terão até o Dia das Crianças (12/10) para realizar a escuta das crianças que vivem nos territórios onde atuam. A intenção é influenciar a criação de políticas públicas destinadas a essa faixa etária da população, pautando os candidatos à prefeitura da cidade. Um novo encontro será realizado para discutir os resultados dessa experiência.

Assista o registro em vídeo do seminário realizado:

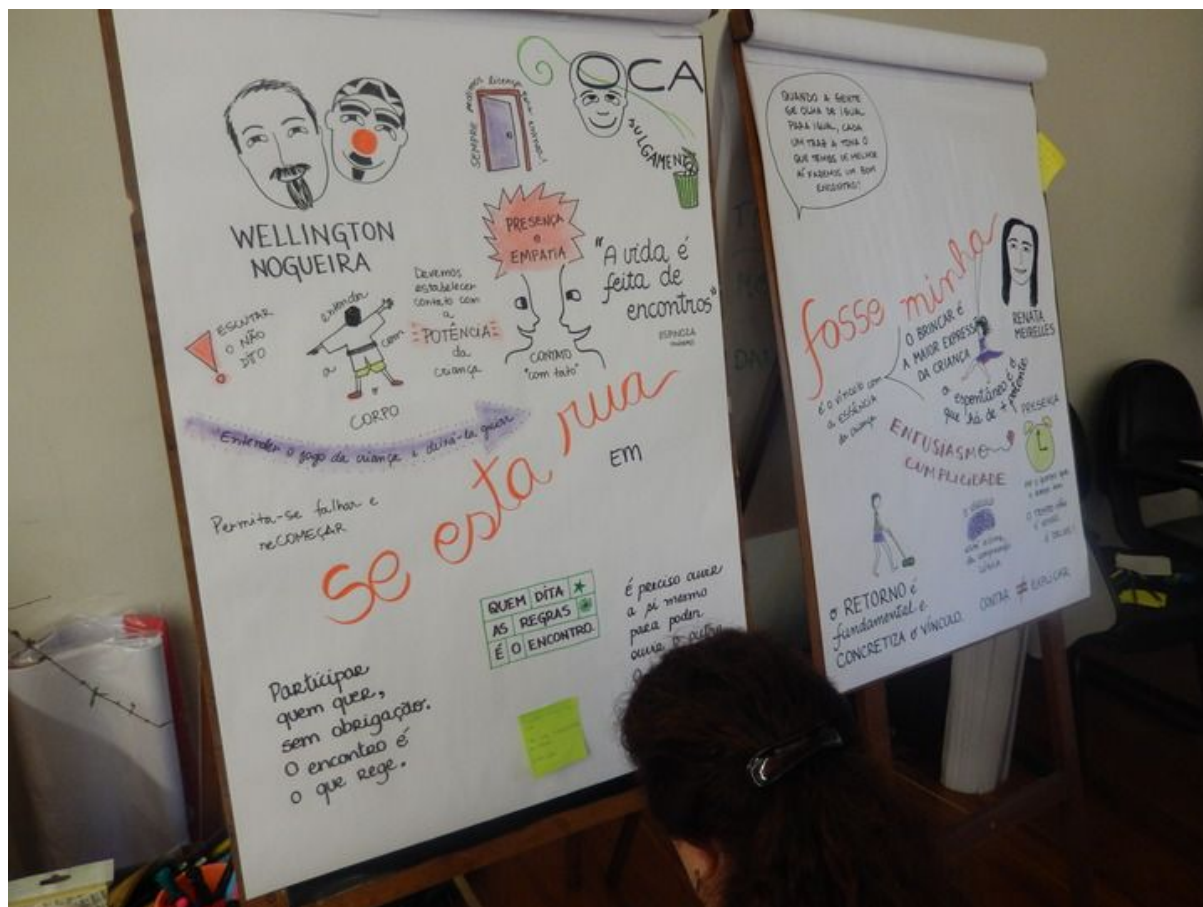
Parte I

Parte II

## ‘Se esta rua fosse minha’ convida participantes a ouvirem as crianças

AUTOR (ES): **CAROLINA PRESTES / INSTITUTO ALANA** 30 / AGO / 2016





No último dia 26 de agosto, representantes de escolas, CEUs, abrigos, coletivos, ONGs, Fundações, entre outros atores, reuniram-se na UMAPAZ, em São Paulo, para discutir estratégias de escuta de crianças, na busca por construir uma cidade melhor para elas – e para todos!

O Movimento ‘Se essa rua fosse minha’ foi idealizado pelo grupo de ação ‘Escuta de crianças’ do Mapa da Infância Brasileira (MIB) e nasceu em defesa do direito da criança à cidade. O grupo acredita que o acesso à cidade é fundamental para a formação, para a educação e para o desenvolvimento integral da criança e propõe uma reflexão sobre formas de ouvir as crianças a fim de compreender o que elas esperam para seus territórios. Integram a iniciativa a Associação Brasileira de Brinquedotecas, a Associação Cidade Escola Aprendiz, Criadeira de Histórias, Projeto Infâncias, Instituto Alana, Instituto Elos, o Instituto 5 Elementos e o Movimento Boa Praça.

No encontro do dia 26/08, os profissionais presentes foram convidados a realizar uma escuta ativa das crianças de seus territórios, a fim de compreender o que elas desejam para a cidade em que vivem. As escutas serão realizadas e sistematizadas até o dia 12 de outubro e, posteriormente,

os resultados serão compilados pelo grupo de ação do MIB e entregues ao prefeito ou à prefeita eleito (a). A ideia é que os pedidos e demandas das crianças sejam contemplados nos planos de governo do novo gestor.

Para chegar à construção das ferramentas de escuta, os presentes tiveram uma manhã repleta de inspiração. Adriana Friedmann, coordenadora do MIB e anfitriã do encontro, recebeu Wellington Nogueira, palhaço e fundador dos Doutores da Alegria, Renata Meirelles, coordenadora do Projeto Território do Brincar, e Rodrigo Rubido, do Instituto Elos. Os três compartilharam suas experiências de escuta de crianças, problematizando os desafios e os caminhos possíveis. Wellington falou sobre a importância do ‘olho no olho’. Para ele, que trabalha com crianças hospitalizadas há mais de 30 anos, é indispensável estar disponível para o encontro: “É preciso ter a cabeça oca para enxergar as oportunidades. Se a criança perceber que foi compreendida, o vínculo inicial acontece. Precisamos estar 100% presentes na construção do encontro”.

A educadora Renata Meirelles, que pesquisa o brincar há mais de 15 anos, compartilhou as suas experiências de campo. Ela, que viaja o Brasil com a família na busca por conhecer as diversas infâncias brasileiras, afirmou que para escutar as crianças é preciso haver cumplicidade e verdade na relação: “Viver a realidade do lugar é condição favorável à escuta. Quando estabelecemos uma relação verdadeira, criam-se propostas potentes”.

Por fim, o arquiteto Rodrigo Rubido, co-fundador do Instituto Elos, compartilhou os processos de escuta que realiza para construir os sonhos de jovens e crianças de comunidades ao redor do Brasil. A comunidade imagina o que deseja e ela mesma, de forma coletiva, faz o sonho se tornar realidade. Rubido afirmou: “A criança tem um potencial imenso. A ideia de que precisamos esperá-las crescer para nos relacionarmos verdadeiramente com elas está equivocada” e complementou que proteção em excesso pode diminuir esse potencial criador da infância.

Na parte da tarde, os participantes do seminário se reuniram em grupos, para uma dinâmica de World Café, conduzida por Rubido. Deste momento de co-criação, em que cada participante trouxe as experiências de seu território, surgiram estratégias de escuta, que serão aplicadas pelos profissionais durante o mês de setembro. Entre as ações estão: viver a cidade com as



crianças e traduzir a vivência em respostas sobre a cidade que elas desejam; construir maquetes da cidade ideal, registrar as memórias dos moradores dos bairros, entre outras.

Ao final do encontro Adriana Friedmann lembrou a todos que as crianças não sabem menos do que os adultos, mas sabem outras coisas e que a sabedoria infantil não se manifesta apenas por palavras, mas pelos gestos, pelo corpo, pelas expressões artísticas, por isso, para escutar verdadeiramente uma criança precisamos de sensibilidade e entrega.

Que venham os próximos passos e que possamos, a partir da escuta das crianças, mobilizar os governantes e melhorar a qualidade de vida das cidades! Uma cidade boa para a criança é boa para todos.



Adriana, Renata e  
Agda



Wellington Nogueira



Seminário



Rodrigo Rubido



Colheita gráfica





World Café

## Campanha mobiliza candidatos à prefeitura em defesa dos direitos das crianças

AUTOR (ES): **REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA** 18 / AGO / 2016



Vagas em creche para todas as crianças, atendimento de qualidade e gratuito na rede pública de saúde, espaços públicos para brincar e expressar sua criatividade, profissionais com especialização e treinamento constantes para cuidarem das crianças. Esses são alguns dos direitos das crianças na primeira infância que estão sendo promovidos pela campanha suprapartidária “Criança é Prioridade – Compromisso dos candidatos à prefeitura com os direitos da primeira infância”, lançada hoje e que vai mobilizar a população durante a corrida eleitoral para que os candidatos assumam um compromisso público pelos direitos das crianças.

Organizações e cidadãos podem participar dessa mobilização nacional se inscrever através do site da RNPI – [www.primeirainfancia.org.br](http://www.primeirainfancia.org.br) - e receber o material, que inclui a carta e o termo de compromisso para entregar aos candidatos, um guia informativo da campanha, e imagens para promover os direitos das crianças que podem ser compartilhadas através das redes sociais. No site, há também um mapa do Brasil que vai informar os candidatos que assinarem o compromisso.

O objetivo da ação é sensibilizar os candidatos à prefeitura e informar os eleitores sobre a prioridade absoluta dos direitos das crianças brasileiras – prevista na Constituição Federal – e para os ganhos sociais com a melhoria da vida das crianças na primeira infância. Em uma carta, que será entregue pelas organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância e demais inscritos na campanha, os candidatos são convidados a assinar um termo de compromisso expressando seu compromisso em priorizar o atendimento aos direitos crianças em seu plano de governo, e elaborar um Plano Municipal



pela Primeira Infância (PMPI). A Lei Federal nº13.257/2016 – conhecida como Marco Legal da Primeira Infância – prevê a implantação, em cada cidade, de um PMPI. Com esse instrumento de planejamento e gestão, o prefeito pode utilizar melhor seus recursos, articulando a sociedade e as diferentes secretarias municipais responsáveis por atender as crianças – como educação, saúde, assistência social, planejamento urbano, entre outras.

A identidade visual da campanha foi criada por Claudius Ceccon, coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância / CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular, que faz a realização da campanha com o apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Alana, Fundação Bernard van Leer e Instituto C&A.

A Rede Nacional Primeira Infância é um foro de articulação que reúne mais de 200 organizações da sociedade civil e governamentais que atuam na promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças na primeira infância, e que estão presentes em todos os estados brasileiros. Saiba mais sobre a RNPI em: [www.primeirainfancia.org.br](http://www.primeirainfancia.org.br)



## Crianças descobrem o sabor do quintal em comunidade pernambucana

AUTOR (ES): **AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL** 27 / JUL / 2016



O coqueiro no quintal da Escola Municipal 19 de Setembro – localizada na cidade de Olinda (PE) – passava por uma limpeza, quando a Instituição se preparava para fazer a festa junina. Até aí, nenhuma novidade. O que não se esperava era que uma atividade tão corriqueira pudesse se transformar em uma experiência pedagógica de exploração de mundo, eixo que compõe a formação continuada de profissionais da Educação Infantil do projeto Paralapraca.

A experiência teve início quando o porteiro da escola, seu Francisco, deparou-se com um pequeno exército de crianças no quintal. Juntas, elas colocaram palhas de coco sobre as cabeças e saíram enfileiradas. A cena inusitada abriu um mundo de encantamentos para seu Francisco. “Eu achei uma coisa muito bonita. Aquelas crianças fazendo como se fossem formiguinhas atrás do que comer, ou como se estivessem debaixo dela por causa da chuva.”

O quintal onde aconteceu a brincadeira é utilizado para práticas pedagógicas ao ar livre, algumas elaboradas a partir da formação do projeto Paralapraca, como relata a professora Cely Bastos. “A nossa escola fica localizada numa comunidade carente, onde não existem praças e parques próximos. E para chegar às escolas, a maioria precisa descer o morro. Então, nós começamos a perceber, quando vivenciamos o eixo Assim se Explora o Mundo, que o quintal talvez fosse o único espaço mais amplo que essas crianças possuíam para poder desfrutar de forma criativa, mais livremente. Um pneu ora é um banco, um carro, ou um castelo. Cabe a nós, enquanto educadoras/es, proporcionarmos essa liberdade de criação.”

Explorando o mundo

Desde que nascem, as crianças buscam se apropriar do mundo. Os primeiros anos de vida são um período de muitas descobertas. Por isso, quando o ambiente se revela favorável, a curiosidade é aguçada. É a partir da interação com o meio natural e social no qual vivem que as crianças começam a compreender como este mundo funciona, assim como fizeram as “formiguinhas” da Escola Municipal 19 de Setembro.

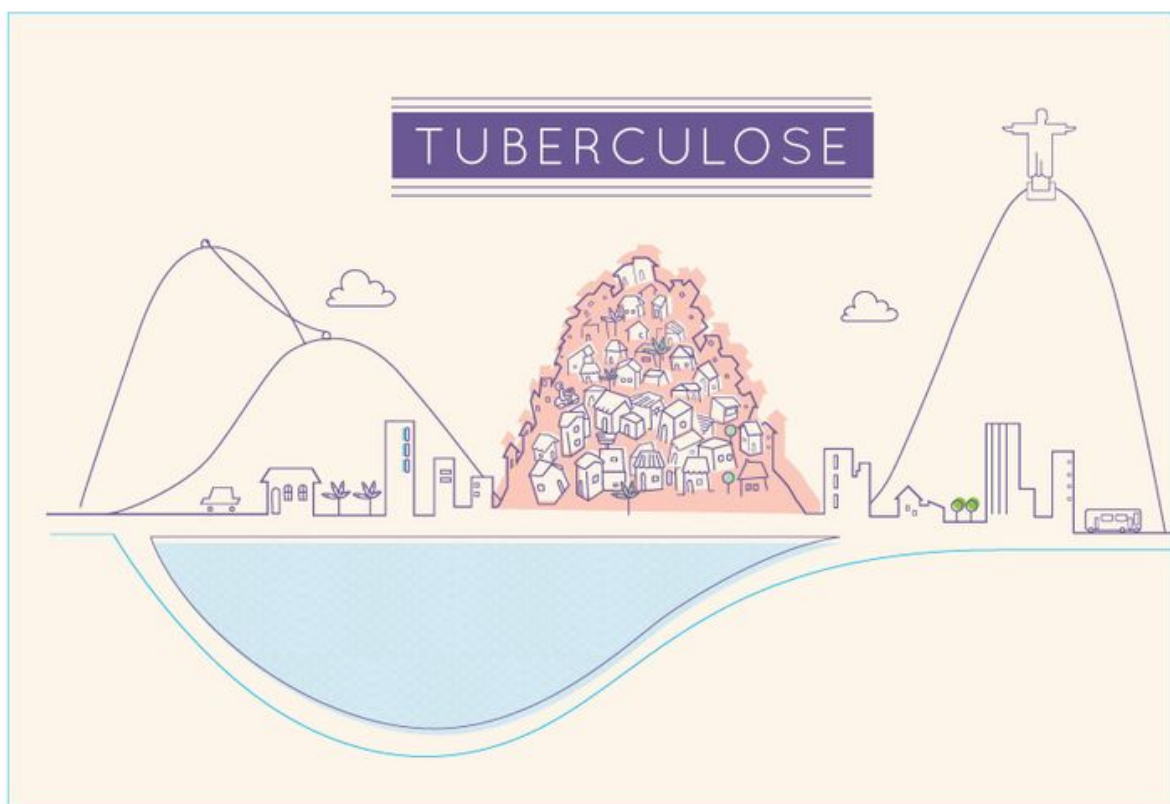
A exploração do mundo é um dos eixos que compõem a formação continuada de profissionais da Educação Infantil no Paralapracá, juntamente com as artes visuais, o brincar, a literatura, a música e a organização do ambiente.

Segundo ciclo

Até 2017, o projeto tem como foco, nesses municípios, o fortalecimento da gestão das políticas públicas municipais de Educação Infantil, além da promoção da sustentabilidade do processo formativo nas redes municipais parceiras.

## Uma animação sobre tuberculose

AUTOR (ES): **TELESSAÚDE NA ESCOLA** 13 / JUL / 2016



Na animação produzida pelo Telessaúde na Escola, podemos conferir quais são os principais sintomas da tuberculose, como se dá a transmissão, a importância de lugares bem arejados e com luz, além da continuidade do tratamento, que é gratuito pelo SUS. Tuberculose tem cura!

Assista o vídeo:

## Mais uma criança é executada no país

AUTOR (ES): **ISABELLA HENRIQUES** 05 / JUL / 2016



“Passamos a chavinha no Chevette lá em Guaianases. Só queríamos ir para uma quermesse e curtir, ostentar”. São essas as palavras ditas por um dos outros dois adolescentes que estava no carro em que o menino Waldik Gabriel Silva Chagas, de 11 anos[1], foi morto pela Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, segundo notícia publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

É difícil ter o que dizer sobre o ocorrido, uma criança como nossos filhos, sobrinhos ou entes queridos, que estão em casa ou na escola nesse exato momento, foi simplesmente baleada por uma autoridade municipal que lhe deu um tiro na nuca e perdeu a vida. Ou como disse sua mãe “ele não estará mais na caminha dele”[2]. Resta um sentimento de revolta. Tristeza. Indignação. E medo.

Medo dessas pseudo-autoridades que portam armas e que, supostamente, estão nas ruas para nos defender, mas que, em um único mês, mataram duas crianças covardemente – lembrando o ocorrido com o menino Ítalo Ferreira de Jesus Siqueira de 10 anos, morto pela Polícia Militar, igualmente, em uma perseguição de carro, quando levou um tiro na cabeça.



Há quem dirá que ambos os meninos não estavam em suas casas ou nas suas escolas, mas cometendo ilícitos pelas ruas da cidade e, por isso, estariam justificadas as respectivas ações policiais e, também, suas mortes. Infelizmente para a nossa sociedade há uma parcela dela que ainda acredita que tais crianças mereceram os tiros que levaram porque eram “bandidos”, “marginais” ou “trombadinhas”.

No entanto, nesse último caso, o absurdo da ação da guarda – que nada guardou, mas matou – foi tanto que o próprio Secretário de Segurança Urbana, Benedito Mariano, afirmou logo em seguida que “foi uma ocorrência totalmente equivocada, que foge do protocolo da Secretaria de Segurança Urbana”[3].

Também o prefeito Fernando Haddad da cidade de São Paulo asseverou: “Eu conversei longamente com o comandante da guarda (inspetor Gilson Menezes) e com o Secretário de Segurança Urbana (Benedito Domingos Mariano). E os dois entendem que a abordagem foi equivocada. Não se justificava, talvez, a perseguição e muito menos os disparos”[4].

Mas não é só a absoluta incorreção, inabilidade e desproporcionalidade da ação da GCM ou da Polícia Militar que deve nos revoltar ou motivar a nossa indignação. Da mesma forma, os fatos que, de alguma maneira, levaram essas crianças a estarem onde estavam, fazendo o que faziam, deve ser objeto da reflexão de todos nós.

Nossa sociedade, às vistas de tais acontecimentos, está fracassando no cumprimento da garantia legal dos direitos à proteção da criança prevista no artigo 227 da Constituição Federal e na observância da nossa regra moral e ética de termos um olhar atento, fraterno, amoroso e cuidadoso para todas as crianças ao nosso redor como se nossas fossem.

Pelos relatos que vieram à tona posteriormente em ambos os casos, parece que as duas crianças estavam nas ruas em contrariedade à vontade de suas famílias fazendo traquinagens de crianças que têm a rua como seu quintal e, muitas vezes, a criminalidade como resposta a seus arroubos pré-adolescentes.



O menino Waldik, segundo seu amigo, queria apenas “ostentar” – fato comum na periferia da cidade que está acostumada com o “roubo ostentação” – certamente para se sentir melhor e mais inserido nessa nossa sociedade de consumo que diz às crianças, desde a mais tenra idade, que é preciso consumir e “ter” para “ser”, cujos códigos vigentes mostram aos pequenos, em uma publicidade quase onipresente em suas vidas, dos mais ricos aos mais pobres, que somos o que temos. Ou o que parecemos ter.

*Isabella Henriques é diretora de advocacy do Instituto Alana.*

---

[1] Há um desencontro de informações nos periódicos que divulgaram a notícia, alguns citam 11 outros 12 anos.

[2] <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785965-ele-nao-estara-mais-na-caminha-dele-diz-mae-d...>

[3] <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/06/prefeitura-admite-erro-na-conduta-de-gcm-que-atirou-em-men...>

[4] <http://www.revistaforum.com.br/2016/06/27/abordagem-foi-equivocada-diz-haddad-sobre-acao-de-gcm-que-...>

# Para Ítalo e Biel, que insistimos em não ver

AUTOR (ES): **CAROLINA TARRÍO** 05 / JUL / 2016



Ítalo foi morto por um policial militar com um tiro na cabeça. Tinha 10 anos.

Waldik Gabriel, ou Biel, foi morto por um guarda civil metropolitano. Levou um tiro na nuca. Tinha 11 anos.

Apenas 23 dias separam as datas dessas mortes, em 2 e 25 de junho, respectivamente. E esse tempo todo tenho me perguntado por que não estamos nas ruas, gritando. Exigindo o fim dessa barbárie. Se já não por eles, por nós. Por todos os meninos, jovens e adultos que ainda aqui estamos.

Um menino foi morto. Sem direito a voz nem defesa. Tinha só 10 anos. E apenas 23 dias mais tarde, voltou a acontecer. "Aqui é assim. Semana que vem vai ser outro garoto", disse um vizinho de Biel em Cidade Tiradentes. Por que compactuamos, por que aceitamos conviver com isso?

Inicialmente, no caso de Ítalo, os policiais militares disseram que o menino estava armado, teria atirado, e que eles agiram em legítima defesa. Uma investigação ainda em curso, porém, coloca em cheque tal versão. O laudo necroscópico constatou que havia pólvora e chumbo nas mãos de Ítalo, uma indicação de que ele atirou. No entanto, não mostrou os mesmos materiais na luva de motoqueiro que ele usava na mão direita. Peritos do Instituto de

Criminalística também identificaram vestígios de disparos de fora para dentro do veículo, mas não encontraram sinais de tiros de dentro do carro.

J., de 11 anos, que acompanhava Ítalo, disse em um vídeo gravado pelos policiais militares que seu amigo teria atirado. Mudou o testemunho depois de ser incluído, com a família, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Afirmou então que a arma foi “plantada” pelos PMs e que ele foi coagido a mentir depois de ter passado cerca de cinco horas com os policiais antes de ser apresentado à delegacia.

No caso de Biel, alegou-se que a GCM realizou uma “perseguição equivocada”. É que a guarda civil metropolitana existe para proteger o patrimônio municipal, não cabe a ela sequer fazer policiamento. O caso ainda está sendo investigado.

Mas o ‘modus operandi’ da PM – e no caso dos guardas, a repetição desse procedimento – não surpreende. Em 1992, foi descrito minuciosamente pelo jornalista Caco Barcellos, no livro Rota 66 – A Polícia que Mata. Desde então, pouco mudou. São mais de 20 anos em que se atira sem perguntar. Se extermina. Principalmente negros, pobres, jovens, meninos.

Em 2015, a polícia matou 798 pessoas no Estado de São Paulo, segundo dados oficiais. São dois mortos por dia. Para se ter uma ideia, em 2012 a polícia da cidade de Nova Iorque matou (em serviço e fora de serviço) 16 pessoas. A da Filadélfia, 54 pessoas.

A letalidade escandalosa da polícia é portanto velha conhecida. O fato novo, agora, é que um grupo de vizinhos do Morumbi, próximo de onde Ítalo foi morto, decidiu se manifestar. Em favor dos policiais. Cerca de 30 pessoas – e não importa quantas sejam – foram às ruas para dizer que apoiam o que seria a execução de um menino de 10 anos.

Nas redes sociais, mais vozes se levantaram, usando justificativas como: “Ah, se um policial fosse morto, ninguém estaria reclamando”. Ora, toda vida perdida é motivo de dor. A diferença é que o policial, um adulto, treinado, sabe os riscos de sua profissão e os assume conscientemente. “Ah, mas o menino podia estar armado, o policial não tinha como saber...”

Sim, tudo pode acontecer, em hipótese. E se Ítalo de fato estivesse armado e atirasse, o policial teria o direito de revidar, em legítima defesa, e estaria amparado pela lei. Mas o que ocorre no Brasil vai além de casos individuais e hipóteses. Existe uma permissão tácita para executar. E agora há também apoio explícito por parte da população a esse procedimento. Investigar, imobilizar, cercar, prender não parecem ser alternativas.

Diante desse cenário, a questão que se coloca é que papel cabe ao Estado e, por consequência, ao policial, que é seu agente. Vamos mesmo delegar aos PMs a função de julgar, na própria cena do crime, e desferir ali mesmo sentenças de morte? Há pessoas que acreditam que isso está correto. Sugerem que a sociedade esqueça o benefício da dúvida; o direito a defesa e julgamento justo; inviabilize qualquer possibilidade de recuperação e, a sangue frio, execute.

Um comentário de facebook, dizia, a respeito de Ítalo: “Não perdemos grande coisa. Não virou um bandido grande.” A frase me ronda há dias. Me apavora. Fiz questão de olhar o perfil da pessoa que escreveu isso. Não o conheço. Trata-se de um homem que estudou em uma das melhores escolas da cidade. Em um dos poucos posts abertos de sua timeline, ele publicou um gif com bonequinhos passando um coração de um para o outro com os dizeres: “Espalhe amor”.

Como alguém apregoa que se espalhe o amor e ao mesmo tempo é favorável à execução de uma criança é algo que não alcanço. Algo simbolicamente brutal.

E como se tantas brutalidades fossem de algum modo poucas, há ainda mais algumas sendo cometidas. Quase todas as matérias e reportagens se referiram a Ítalo como “o menino” ou “menino morto por policiais”.

Ítalo tinha mesmo muito pouco. Não frequentava a escola em que estava matriculado. Não teve um pai ou mãe que o protegessem. Viveu embaixo de pontes e viadutos, em abrigos, em casas de parentes e numa van abandonada. Ítalo não teve, por parte da sociedade e do Estado, nenhum de seus direitos básicos garantidos. Mas um nome ele tinha. Chamava-se Ítalo Ferreira de Jesus Siqueira. Não me parece justo desprovê-lo também disso,

como se não fosse alguém. Como se não pudesse ser tratado como indivíduo. Como se de algum modo fosse uma não-pessoa.

No caso de Waldik Gabriel Silva Chagas, as matérias apontam que ele seria 'instável', que circulava em más companhias. Que fugia de casa. Ora, isso de algum modo justifica sua morte?

O que havia dentro de Ítalo e Biel que não vimos, não vemos, não veremos? Como saber quanto perdemos?

E quanto mais perderemos, enquanto houver pessoas que acreditam que é de algum modo positivo nosso mundo ter hoje meninos a menos?

Carolina Tarrío é jornalista e uma das fundadoras do Movimento Boa Praça.

## Qual o lugar da cidade para as crianças?

AUTOR (ES): **GIOVANA BOTTI / COMKIDS** 03 / JUN / 2016



Repensar a relação entre a gestão das cidades e as infâncias é um tema urgente da modernidade cada vez menos acolhedora para crianças nos espaços públicos. Para muitas infâncias, brincar na rua e interagir com a vida dos bairros são experiências incomuns na vida dentro dos limites dos condomínios, de casa e da escola.

E se as crianças ganham em mais diversidade na educação e na qualidade de desenvolvimento com uma cidade que convida os pequenos a conviver mais do lado de fora da janela, a cidade também ganha em lugares de convivência mais saudáveis e seguros. Para falar dessa equação tão desafiadora para a sociedade nos saturados centros urbanos, o segundo Encontro com as Infâncias promoveu uma roda de conversa (21/5) com experiências criativas ao redor do mundo, inclusive em São Paulo.

A roda de conversa As crianças e a Cidade foi a segunda da programação de encontros deste ano criada pela parceria da UMAPAZ (Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz) e a comunidade virtual colaborativa MIB (Mapa da Infância Brasileira). (Para saber mais do primeiro encontro, sobre Escuta de crianças e suas vozes, clique [aqui](#).)

### **A importância do caminho**





Irene Quintáns

A arquiteta e urbanista Irene Quintáns foi uma das convidadas do encontro e defendeu a cidade como um direito de toda a criança. Irene criou a Rede Ocara, que reúne projetos latino-americanos de cidades, artes, arquitetura e espaço público com a participação de meninos e meninas.

Em São Paulo, a urbanista foi idealizadora do projeto de mobilidade Caminho Escolar de Paraisópolis, que engajou 8,5 mil crianças da Educação Básica na comunidade local, na zona sul paulistana. Uma experiência para incentivar que as crianças aprendam a se locomover no trajeto para a escola de forma segura, com muito aprendizado pelo caminho e o envolvimento da sociedade em geral. “A cidade é para compartilhar, para conviver com as diferenças. O diferente está na rua”, afirmou Irene.



Raiana Ribeiro

Lidar com mais diversidade faz um bem incrível para o repertório cultural das crianças, o que Raiana Ribeiro, da Associação Cidade Escola Aprendiz, valoriza como interação com agentes e linguagens para além da escola e do professor. Raiana também foi uma das convidadas do encontro e destacou o equívoco de avaliar a educação apenas como processo de escolarização. “Educação é um processo permanente ao longo da vida, que precisa contemplar além da dimensão intelectual: o afetivo, o social, o físico e o simbólico”, acrescentou.

Gestora do programa Cidades Educadoras, Raiana mostrou iniciativas inspiradoras para novas concepções de cidade com o engajamento e a inclusão das crianças, como Barcelona (Espanha) e Rosário (Argentina).

## Crianças e comunidades



Ana Estela Haddad

São Paulo também tem um projeto para promoção de políticas municipais voltadas ao desenvolvimento infantil, mais especificamente para a Primeira Infância (0 a 6 anos de idade), o Programa São Paulo Carinhosa. A primeira-dama Ana Estela Haddad coordena o programa e apresentou no encontro o projeto que combate a alta vulnerabilidade das crianças que vivem em cortiços na região do Baixo Glicério, no centro da capital paulista.

Na Baixada, a ação vem sendo desenvolvida de forma intersetorial, com várias secretarias municipais envolvidas para ações de pastas como as da Cultura, Educação, Saúde e Habitação. A CET tem feito estudos para a melhoria do trânsito e garantir a segurança de novos espaços públicos para as crianças da comunidade. “A gente melhora muito a infância quando melhora a vida das pessoas em geral”, resume Ana Estela.



Rodrigo Rubido

Pensar no contexto de vida da criança é essencial também para Rodrigo Rubido, do Instituto Elos, a ONG que desenvolve projetos de construção de espaços de qualidade para comunidades em vários países do mundo, inclusive no Brasil. “Não há como salvar nenhuma criança sem salvar a comunidade dela”, disse Rubido.

Os próximos Encontros com a Infância terão como temas Expressões Infantis (6 de agosto), Diversidade (24 de setembro) e Transformação (26 de novembro).

Texto escrito por ComKids

Assista o evento na íntegra:



# Pela infância, as famílias precisam se engajar na defesa das áreas verdes

AUTOR (ES): **REBRINC** 19 / MAI / 2016



Qual é a relação entre a defesa dos direitos da infância e a proteção das áreas verdes nos espaços urbanos? Para o médico pediatra Daniel Becker essa ligação existe de forma concreta. Segundo ele, é preciso um esforço de toda a sociedade para garantir a conservação da natureza porque ela é uma condição básica para uma infância feliz, saudável e bem vivida. Becker, que é pioneiro no conceito da Pediatria Integral e referência quando o assunto é saúde na infância, participou da palestra “A medicalização da infância” no Sesc Palladium, em Belo Horizonte, no dia 12 de maio. O defensor do “brincar lá fora” falou para mães e pais sobre os desafios atuais para promover a saúde e o bem-estar das crianças, alertando para o consumismo de remédios, de tecnologia e de produtos não saudáveis.

## **A natureza e o brincar livre como remédios**

Ao falar da atual situação das crianças que têm pouco tempo e espaço para brincar, estão imersas em um contexto que bombardeia com publicidade e

consumismo e medicaliza de forma desnecessária a infância, o médico ressalta o dever de todos na garantia dos direitos de meninas e meninos.

Para transformar as carências da infância, na sua opinião, a saída é transformar a cidade, ocupar os espaços públicos e garantir o contato das crianças com as áreas verdes. Daniel frisa a importância das pessoas se engajarem nas causas ambientais porque são causas também ligadas à proteção da infância, do direito da criança de brincar, de sair do sedentarismo, e de viver em um ambiente saudável. “Uma infância mais feliz passa pelo engajamento das pessoas na defesa do verde e na transformação dos espaços públicos”, enfatizou o médico. “O contato com a natureza é poderoso. Nós precisamos de natureza. E o livre brincar das crianças depende da criação destes espaços e da preservação integral do verde que resta nas cidades”, afirma Becker.

### **Movimentos em defesa do verde**

Sensibilizado com os movimentos em defesa do verde que acontecem por todo o Brasil, o pediatra fez um apelo para que uma área de 120 mil metros quadrados existente na capital mineira seja abraçada e defendida integralmente. “E aqui em Belo Horizonte tem um movimento acontecendo nesse momento tentando impedir que um espaço verde com Mata Atlântica e nascentes, fundamental para a cidade, seja destruído. A Mata do Planalto, na região norte da capital, corre o risco de virar 760 apartamentos, o que significa a destruição de metade desse espaço verde que é tão precioso para cidade”, alerta Daniel Becker.

### **Medicalização da vida**

Por que a infância precisa ser medicalizada? A pergunta do médico pediatra Daniel Becker alerta para uma realidade preocupante. O uso abusivo de remédios para tratar transtornos de atenção em crianças por todo o país e os riscos que essa prática oferece. Ele explica que, em muitos dos casos, as crianças precisam apenas de atenção e de brincar livre.

“A publicidade usa a ciência da forma como quer para colorir os produtos com sabor científico. Essa prática do mercado leva ao aumento do consumo de suplementos, vacinas, remédios diversos e outros produtos considerados



mágicos. É impressionante como vendemos remédios para pessoas saudáveis, como antidepressivos, ritalina etc.”, explica Becker.

Para ele, o processo de medicalização da vida começa no parto já que são vergonhosos os índices de cesárea no Brasil. “Depois, no início da vida, encontramos a amamentação ser substituída por fórmulas que concorrem com o leite materno, resultado da pressão da publicidade e de pediatras”, conta. Ele lembra como o conhecimento dito científico é hoje financiado por indústrias farmacêuticas, assim como todas as sociedades profissionais da área da Medicina em congressos e outras atividades de formação.

### **Mudança de hábito**

“Remédio para criança vende igual água. E isso acontece sem pensarmos nos efeitos colaterais do uso de tais substâncias que, na maioria das vezes, é desnecessário”, explica. Para ele, o melhor que podemos oferecer para as crianças é a presença, o afeto, o limite necessário e o tempo e o espaço para brincar em contato com a natureza.

No debate com os participantes do evento, ficou claro que o desafio é grande já que as famílias estão ainda muito ligadas aos apelos da publicidade, aos aparelhos eletrônicos, aos passeios a shoppings e ao incentivo ao consumo. Para reverter esse quadro, Daniel Becker citou o trabalho de grupos como o Na Pracinha, de Belo Horizonte, que incentiva a ocupação de parques e praças pelas crianças, e de movimentos como a Rede Brasileira Infância e Consumo, Rebrinc, que reflete sobre o consumismo infantil.

Fonte: Rebrinc

## **Faces do trabalho infantil no Brasil**

AUTOR (ES): **THAÍS DANTAS, ADVOGADA DO PROJETO PRIORIDADE ABSOLUTA DO INSTITUTO ALANA** 03 / MAI / 2016



### ***A proibição legal do trabalho infantil***

No mundo, 168 milhões de crianças com idade entre 5 e 17 anos têm sua mão de obra explorada (OIT, 2012). Um número, sem dúvida, chocante. No Brasil, apesar da vedação ao trabalho infantil prevista na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dos avanços alcançados por políticas públicas bem sucedidas, é ainda grande o número de crianças e adolescentes trabalhando: o país hoje soma 1,3 milhões de pequenos trabalhadores nessa mesma faixa etária (PNAD, 2013). Somente entre crianças de 5 e 13 anos, há 554 mil trabalhadores (IBGE, 2014): valor que indica um aumento do índice, após dez anos de sucessivas quedas.

Vale destacar que dois fatores agravam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes quando a questão é o trabalho, segundo levantamento recente. De um lado, o fator etário, que faz com que, atualmente, o trabalho infantil se concentre na faixa de 10 a 15 anos. De outro, a cor da pele, que faz com que majoritariamente crianças negras e pardas estejam entre as principais vítimas de trabalho infantil no Brasil (UNICEF, 2015).

Tal cenário contraria a legislação vigente, segundo o qual crianças e adolescentes são constitucionalmente a prioridade absoluta da nação (art.

227, CF), devendo ter seus direitos fundamentais atendidos de maneira prioritária.

Mais do que isso, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre é proibido a menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Vale ainda lembrar que o trabalho infantil não foi vedado à toa. Essa proibição se justifica pelo fato de que o labor precoce prejudica o saudável desenvolvimento infantil. Nesse sentido:

*“A exploração do trabalho infantil foi proibida porque se verificou que o trabalho precoce põe em risco a educação e compromete todo o desenvolvimento físico e psicológico de uma criança. Isso ocorre devido à competição que se estabelece entre as atividades de trabalho e as atividades escolares, de esporte e lazer, essenciais para a saudável formação do indivíduo (diminuição do tempo disponível para brincar, conviver com familiares e comunidade, impossibilidade da criança ou adolescente se dedicar adequadamente às atividades educativas dentro e fora do horário escolar). As pesquisas também identificaram danos potenciais: prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial, atraso ou mesmo abandono escolar, impossibilidade de dedicação às atividades extracurriculares, possibilidade de ocasionar transtornos de sono, maior risco de doenças ocupacionais e acidentes”* (CAVALCANTE, 2013, p. 139).

Assim, desrespeitar a vedação ao trabalho infantil e explorar a mão de obra de crianças e adolescentes é prejudicar o seu desenvolvimento e gerar danos que podem refletir por toda sua vida.

### ***Pensando o trabalho infantil nos grandes eventos***

Pesquisa recente conclui que determinadas condições podem favorecer a exploração da mão de obra infantil, tais como desemprego, pobreza, desigualdade social e de gênero, deslocamento forçado, entre outros e tais fatores tendem a ser potencializados em contextos de grandes eventos (Brunel University London, 2013).

Um pequeno exemplo dessa realidade é o Carnaval, em que intensa circulação de pessoas nas ruas aumenta e é grande o número de crianças e adolescentes trabalhando. Nesse contexto, é infelizmente comum presenciar seu trabalho, com atividades de venda ambulante e coleta de material reciclável – duas das piores formas de trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No ano em que o Brasil será palco de um megaevento como as Olimpíadas, são necessárias estratégias para evitar a exploração do trabalho de crianças e adolescentes e sua colocação em situações de risco.

Nesse sentido, criou-se o projeto Rio 2016: Olimpíadas de Direitos da Criança, que visa combater as violações a direitos de crianças e adolescentes consideradas mais recorrentes em grandes eventos: exploração sexual, trabalho, uso de álcool e outras drogas, situação de rua, e desaparecimento de crianças. O projeto é um primeiro passo importante para a garantia dos direitos da infância e da adolescência durante as Olimpíadas, mas é fundamental que mais iniciativas se somem a ele, com campanhas de conscientização, prevenção e fiscalização.

### ***Outras faces do trabalho infantil: o trabalho artístico e desportivo***

Outras hipóteses de trabalho, menos visibilizadas quando se discute a exploração da mão de obra infantil, são o trabalho artístico e o desportivo.

O trabalho infantil artístico consiste, em linhas gerais, à situação em que a criança ou o adolescente desempenham atividade artística de maneira profissional. É o caso de crianças que atuam, cantam, participam de espetáculos circenses, por exemplo.

Essa modalidade de trabalho é permitida pelo ordenamento brasileiro, que harmoniza as previsões constitucionais de vedação ao trabalho infantil e de livre manifestação artística. Tal permissão fica ainda mais clara com a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da OIT, que foram ratificadas pelo Brasil por meio do Decreto nº 4.134 de 2002. Tais diplomas autorizam o trabalho infantil quando este tem como finalidade a participação da criança em representações artísticas.

Já a atividade desportiva somente corresponde a trabalho no caso do chamado “desporto por rendimento”, que é aquele atleta treinado profissionalmente para fins de obtenção de resultados, nos termos do artigo 3º, III da Lei Pelé (Lei 9615 de 1998), sendo isso permitido somente após os 14 anos, por meio do contrato de aprendizagem, como prevê o artigo 29, §4º da mesma lei.

Vale destacar que, para ambas as hipóteses de trabalho, é necessária autorização judicial prévia, a qual deve identificar os riscos do trabalho e estabelecer balizas capazes de proteger os direitos da criança e do adolescente, fixando critérios como os dias e as horas trabalhados, a assistência médica e psicológica, entre outros aspectos que respeitem a condição peculiar de desenvolvimento desses indivíduos.

Embora o trabalho infantil seja permitido nas hipóteses citadas, é importante frisar que nenhuma atividade deve sobrecarregar a criança ou o adolescente a ponto de prejudicar o seu desenvolvimento; ou então estaremos diante de hipótese de trabalho penoso, vedado pelo artigo 67, II do ECA.

### ***A proteção da criança e do adolescente***

Pelo exposto, resta evidente que o trabalho infantil é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo permitido somente em determinadas hipóteses de trabalho artístico e esportivo, quando devem ser fixados e respeitados os limites capazes de assegurar os direitos de crianças e adolescentes.

Ademais, políticas públicas de combate, fiscalização e prevenção ao trabalho infantil são fundamentais e devem receber destinação privilegiada de recursos públicos por se tratarem de estratégias focadas na proteção à infância e à juventude, nos termos do artigo 4º, IV do ECA.

A preocupação com a criança e o adolescente é fundamental para que, mesmo nesse momento em que o Brasil está sob holofotes por conta das Olimpíadas, o país continue avançando na erradicação do trabalho infantil, não somente em indicadores sociais, mas também na realidade concreta de

crianças e adolescentes – que, não podemos esquecer, devem ser nossa prioridade absoluta.

*Foto: Flickr/ FOTOS GOVBA*

# Os construtores do possível

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 08 / MAR / 2016





Apostando na capacidade infantil, uma iniciativa francesa convoca crianças de 6 a 13 anos para pensar soluções para problemas locais.

Criado em 2013, o projeto Bâtisseurs de Possibles (em português, Construtores do Possível) partiu de um laboratório de pesquisa focado no desenvolvimento social, cívico e emocional dos sistemas educacionais do mundo francófono (espalhado principalmente pela Europa, África e América do Norte). Um dos objetivos do projeto é promover a ideia de que não são necessários super heróis ou pessoas extraordinárias para mudar o mundo – a

mudança pode partir de qualquer um, inclusive de crianças, que muitas vezes não são consideradas atores sociais relevantes.

O projeto se propõe a ser um dispositivo pedagógico que não só conscientiza as crianças de seu próprio potencial mobilizador, mas também faz uma ponte entre conhecimento adquirido na escola e a vida real. Por meio dele, as crianças têm a oportunidade de debater questões, de tomar decisões e de falar em público.

A cada ano, eles promovem um concurso no qual equipes de crianças orientadas por um adulto submetem suas propostas. Dividida em quatro passos, a participação envolve:

1. identificar um problema;
2. imaginar uma solução para este problema;
3. implementar a solução;
4. partilhar a experiência com outros.

Os problemas podem variar muito em abrangência, desde algo dentro da própria escola até uma escala mundial, como no caso de soluções ambientais. Os resultados podem ser compartilhados em forma de vídeo, apresentação de slides, textos ou fotografias.

O site do projeto disponibiliza material didático para as crianças e para os orientadores, além de recursos financeiros, caso sejam necessários para a implementação das soluções propostas. O papel do adulto – em geral, um professor – é o de ouvir, questionar e orientar as crianças, de modo a prover as ferramentas necessárias para que elas cheguem às próprias conclusões e protagonizem todas as etapas do projeto.

O material só está disponível em francês, mas podemos olhar para esta iniciativa como um modelo a ser trazido para o Brasil. No ano passado, por exemplo, a prefeitura de São Paulo tomou uma atitude semelhante, convidando crianças a pensar e propor mudanças no espaço público. As crianças são habitantes e cidadãos do mundo tanto quanto os adultos, mas

seus pontos de vista muitas vezes são ignorados. Ouvir o que elas têm a dizer pode trazer novas perspectivas sobre problemas e soluções que, por vezes, passam despercebidos pelos adultos.

A inscrição de mais de 3 mil crianças no concurso Bâtisseurs de Possibles de 2015 é um bom indicativo do quanto elas sentem que têm algo a acrescentar.

<http://www.batisseursdepossibles.org/>

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/os-construtores-do-possivel/>

# Crianças criam propostas para fazer da cidade um lugar melhor

AUTOR (ES): **CAMILA MONTAGNER** 03 / MAR / 2016



**O que é?** O Jaê é um projeto que ouviu as sugestões, críticas e desejos das crianças têm sobre cidade de São Paulo. As atividades foram realizadas em 18 telecentros e nove praças com wi-fi livre e registradas em programas de rádio com a participação de mais de 300 crianças e adolescentes de idade entre 6 e 18 anos.

### **Olhar e imaginar a cidade**

“Precisa ter espaço para brincar em lugares onde não há ruas e pessoas que andem de carro. Também precisava de quadras para os meninos brincarem de bola.” Esse é Gustavo, 11 anos, morador da Cohab Taipas, bairro da zona norte de São Paulo. Ele foi uma das crianças que participaram da oficina de rádio no telecentro Érico Veríssimo, promovida pelo Jaê, um projeto que trabalha com os desejos e percepções das crianças sobre a cidade. Além das oficinas, também foram feitas audições em praças com wi-fi livre em encontros para compartilhar e discutir aquilo que foi produzido nos telecentros.

## EDUCAÇÃO:

- Soluções para as cidades já viram tema de mostra escolar
- Júlio Neres, do Cenpec: “As escolas precisam romper seus muros”

No telecentro da biblioteca Helena Silveira, as crianças criaram propostas para construir a cidade que elas desejam, como um “canto de saúde” e um sistema de compartilhamento de bicicletas gratuito. “Tudo é público, tudo é simples, nada de gastar muito dinheiro”, explica Bruno, 10 anos. As oficinas foram realizadas semanalmente e os encontros nas praças quinzenalmente.

O projeto Jaê foi criado pelo Cala a Boca Já Morreu e selecionado pelo edital Redes e Ruas da Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a de Direitos Humanos e Serviços. Desde 1995 a associação sem fins lucrativos busca criar oportunidades para democratizar o acesso aos meios de produção de comunicação. Além de ouvir como os desejos dos jovens para a cidade, eles também ouviram críticas aos equipamentos municipais.

Leonardo, também 11 anos, acha que o posto de saúde de Aricanduva podia atender melhor à comunidade. “Qualquer pessoa que fica doente vai lá e tem poucos médicos, poucos remédios. Sempre tem que comprar remédio porque nunca tem remédio”, critica. No levantamento dos temas mais citados pelas crianças e adolescentes, as palavras professor, médico, escola e parque aparecem com destaque.

## CRIANÇAS e a CIDADE:

- As pipas coloridas e as crianças do Recife
- Estudo avalia e propõe mudanças para escadarias do Jardim Ângela
- O impacto de uma biblioteca na qualidade de vida em Parelheiros

As oficinas seguiam um roteiro que começa com o mapeamento dos equipamentos de saúde, educação, moradia, transporte, lazer e segurança feito com base nas relações das crianças com esses lugares. Depois disso, elas identificam a partir do mapa o que elas gostam ou não e elaboram propostas para a cidade. Os programas de rádio produzidos nos telecentros e praças estão disponíveis para streaming e download na página do Jaê.



Fonte:

<http://outracidade.com.br/criancas-criam-propostas-para-fazer-da-cidade-um-lugar-melhor/>

# Marco Legal da Primeira Infância

AUTOR (ES): **PORTAL APRENDIZ** 05 / FEV / 2016



Foi aprovado pelo Senado Federal, nesta quarta-feira (3/11), o PLC 14/2015, que instaura o Marco Legal da Primeira Infância, um conjunto de ações que visam promover o desenvolvimento infantil dos 0 aos 6 anos de idade, de maneira intersetorial e envolvendo todas esferas do poder público, além da criação de políticas, planos, programas e serviços voltados a uma população de cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros. O texto, que estabelece a prioridade da primeira infância nos cuidados de saúde, alimentação, convivência familiar e comunitária, assistência social, meio ambiente e educação, segue agora para sanção presidencial.



“O Brasil já tem um dispositivo moderno para a criança e o adolescente, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas ainda se sentia falta de algo que desse conta do pré-natal ao sexto ano, que implica em questões de saúde, como amamentação; de educação, como a creche; parentalidade, como a disponibilidade dos pais próximos à criança, feita a dois; e de todos os benefícios que isso podem trazer para o pleno desenvolvimento”, afirma Eduardo Marino, gerente de Programas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Entendida como “cidadã”, a proposta teve apoio de todas as bancadas do Senado e foi elogiada por atualizar o ECA com os mais novos desenvolvimentos da ciência e da neurologia, que preconizam que apoiar o desenvolvimento na infância irá impactar profundamente a cognição, a sensibilidade e a saúde dos sujeitos.

Segundo o economista James Heckmann, que realizou uma pesquisa longitudinal sobre a importância do investimento na primeira infância ao longo de quarenta anos, a cada dólar investido nessa etapa, a sociedade recebe sete em retorno. Além disso, há redução na criminalidade, aumento da escolaridade, empregabilidade e impacto positivo na saúde pública. Segundo ele, “é na primeira infância que começa a grande divisão, que faz com que a desigualdade se perpetue nas gerações posteriores”, afirmou em visita ao Brasil, em 2009.

O PL vinha sendo levado adiante, através de iniciativas como a Frente Parlamentar da Primeira Infância (FPPI) e a Rede Nacional da Primeira Infância, além da longa ação da sociedade civil, que se organizou para garantir a aprovação do projeto. Entenda como ele pode impactar aos primeiros anos de vida de milhões de meninos e meninas:

### **1) Licença-paternidade**

O texto do PL aumenta a licença-paternidade de cinco para 20 dias para as empresas que aderirem ao Programa Empresa-Cidadã e também ratifica os seis meses de licença para mães. “Isto dá a possibilidade do pai construir uma relação de vínculo melhor com a criança e oferecer um suporte para a

mãe logo após o nascimento, uma fase muito crítica, frágil e estressante”, acredita Marino.

Segundo ele, muitas empresas de tecnologia, como o Google e o Facebook, já trabalham com licenças de quatro meses para os pais, em consonância com legislações mais avançadas pelo mundo. Na Suécia, os pais são obrigados a tirar no mínimo três meses de licença. Ainda assim, espera-se que este avanço possa fortalecer a luta por uma divisão mais igual das tarefas domésticas e uma maior participação dos pais na criação de seus filhos e filhas.

## **2) Participação infantil**

O artigo 4º do PL aponta a participação da criança, entendida como cidadã desde cedo, nas ações pedagógicas e na formulação de políticas que lhes dizem respeito, através de diferentes formas de escuta infantil e de acordo com cada faixa etária. Um bom exemplo disso, vêm se dando nas ruas do Glicério, na capital paulistana.



Foto Pedro Ribeiro  
Nogueira

“Quando você ouve uma criança, você ativa uma rede de colaboradores que irão construir uma cidade mais humanizada e brincante. Quando você vê, a comunidade inteira está caminhando”, acredita Nayana Brettas, que coordena o projeto Criança Fala: Escuta Glicério.

### **3) Livre brincar**

Em seu artigo 17, o projeto orienta a União, os Estados e os Municípios a fomentar, organizar e garantir espaços lúdicos que assegurem o livre brincar em locais públicos e privados, assim como a existência de ambientes seguros em suas comunidades para que o direito ao brincar seja respeitado.

Por que isso é importante?

Diversos estudos longitudinais – feitos ao longo de até quarenta anos-, mostraram que investimento em políticas de primeira infância têm enormes retornos sociais. Um deles, conhecido como “The Jamaica Study”, mostrou que crianças que tiveram estímulo ao brincar desde cedo se desenvolvem melhor. O estudo acompanhou crianças que sofriam de desnutrição e viviam em comunidades vulneráveis. Elas passaram a receber, por dois anos, duas visitas lúdicas semanais. Vinte anos depois, os jovens que receberam esse cuidado tiveram salários 42% maiores, desenvolvimento cognitivo superior, habilidades psicossociais desenvolvidas e menor ansiedade e depressão.

### **4) Intersetorialidade**

“O Marco Legal trará a perspectiva de políticas integradas para a infância. Hoje, uma criança que passa no pediatra, na Unidade Básica de Saúde, muitas vezes não conversa com a creche, ou com o programa social que atende sua família. Não existe um cadastro único que possibilite hoje esse atendimento, que pergunte se ela conseguiu acesso à educação, se está com a vacinação em dia”, relata Marino.

O documento prevê a criação, em seu sexto artigo, de uma Política Nacional Integrada para a primeira infância, que “será formulada e implementada pela abordagem e coordenação intersetorial, que articula as diversas políticas setoriais numa visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira

infância”. Ou seja, todos os entes federativos serão corresponsáveis pelo desenvolvimento integral das crianças.

## **5) Qualificação e formação docente**



Foto  
Marcos-Santos/USP  
Imagens

“Pouquíssimas faculdades de pedagogia têm hoje um conjunto de disciplinas focadas na primeira infância. Esperamos que agora abra-se um novo caminho”, analisa Marino. Uma vez sancionado, o Marco Civil irá garantir, na forma de lei, a formação e qualificação dos profissionais que trabalharem com crianças.

A ideia é que as instituições de formação profissional ofereçam mais vagas e cursos e os educadores que já atuam na área tenham fomento para participar de programas de especialização e atualização, onde terão acesso prioritário.

Os cursos devem ajudar a melhorar a capacidade dos profissionais de propiciarem oportunidades de desenvolvimento, aprendizado e cuidado,

tendo em vista as particularidades dessa faixa etária, a intersetorialidade, a educação integral e a prevenção da violência.

Foto capa: Danilo Mekari

Fonte:

<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/02/04/cinco-razoes-para-se-comemorar-aprovacao-marco-legal-da...>

# Desenhos infantis que estimulam mudanças urbanas

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER** 08 / JAN / 2016



O City Lab, blog norte americano sobre tendências de planejamento urbano, nos conta sobre uma iniciativa na Índia que confia na capacidade infantil de perceber problemas e pensar em soluções para eles como uma forma de melhorar a qualidade de vida em favelas.

“Parte de uma campanha cívica da UNICEF focada em ‘clubes de crianças’, o projeto Humara Bachpan organiza times de crianças acompanhadas por adultos que passam cerca de 45 dias atravessando as favelas em que moram com bastante atenção aos arredores. Elas aprendem a forma de seus bairros, a maneira como as ruas se interconectam e a quantidade de moradias da região, o que lhes ajuda a montar o esqueleto do mapa. A partir disso, as crianças identificam o que, naquele espaço, precisa ser modificado para melhorar suas vidas. Elas apontam que áreas públicas podem virar espaços de brincadeira, locais em que sentem falta de latas de lixo, caminhos que precisam de mais iluminação e pontos em que banheiros infantis – com o tamanho apropriado para a estatura das crianças – fazem falta. O mapa, então, se torna um guia do bairro ideal, com todas essas sugestões desenhadas, e é apresentado a oficiais locais que podem viabilizar os projetos sugeridos.



Como aponta Aishwarya Das Pattnaik, da equipe da Humara Bachpan, as crianças muitas vezes conseguem localizar necessidades comunitárias que passam despercebidas pelos adultos.

Dharitri Patnaik, o representante indiano da Fundação Bernard van Leer Foundation, responsável pelo financiamento de uma série de programas de desenvolvimento voltados para crianças, aponta outra questão: ‘Na maior parte do tempo as crianças não são consideradas cidadãos. São vistas como cidadãos futuras’. Ele nota que, quando as crianças levam os mapas com as propostas de melhoras para suas comunidades, elas demonstram suas capacidades de observação e análise, o que faz com que elas sejam levadas a sério pelos oficiais do governo que podem viabilizar as propostas.”

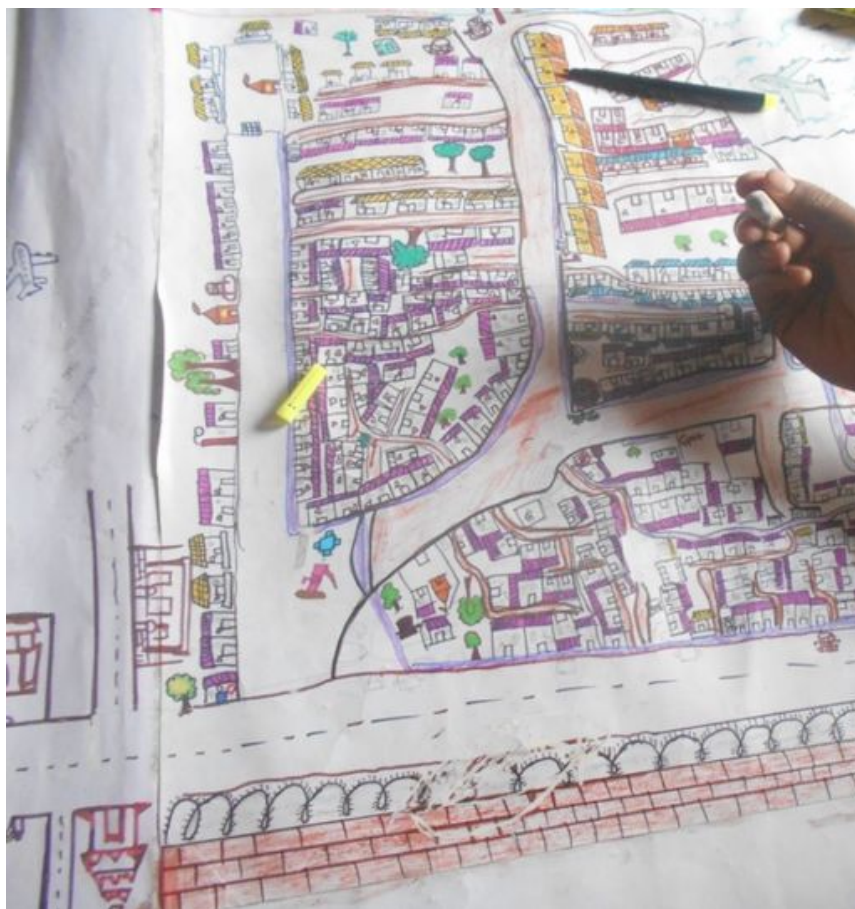


Foto: Cortesia de Humara Bachpan

Os mapas feitos pelas crianças estão sendo recebidos com seriedade pelos governos locais, que estão buscando implementar algumas das sugestões. Mas a importância de uma iniciativa como essa vai além do impacto no

espaço urbano, afetando a maneira como as crianças são encaradas na sociedade.

No site da Humara Bachpan, as seguintes atitudes são listadas como objetivos da campanha:

- compreender como crianças pequenas entendem e usam o ambiente em que vivem;
- criar oportunidades para que crianças e adolescentes possam aprender sobre liderança e participação;
- respeitar o pensamento criativo e as capacidades das crianças pequenas de advogar por mudanças.

Quando encaramos as crianças como seres capazes, abrimos espaço para que elas façam parte da construção do mundo, como agentes ativos, e não passivos, das mudanças que queremos promover na sociedade. Incluí-las nos processos de pensar em problemas e soluções abre oportunidades que vão além daquelas já vislumbradas pelos adultos e amplia os espaços de inclusão social para as crianças.

Fonte: Toda Criança Pode Aprender:

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/desenhos-infantis-que-estimulam-mudancas-urbanas/>

## A democracia nasce para todos (e a ditadura também)

AUTOR (ES): **ROBERTO ALMEIDA** 08 / DEZ / 2015



Acossados pelo geral Francisco Franco durante 36 anos (1938-1975), artistas espanhóis reagiram às sombras e ao isolamento. Muita gente, como Federico García Lorca, foi calada sob o grito dos fuzis, mas respostas como a de Picasso, com o mural Guernica, e de Miró com as litografias da Série Barcelona marcaram com ferro quente os primeiros passos da longa ditadura.

O franquismo, porém, só foi ruir institucionalmente com a morte de seu líder em 20 de novembro de 1975. A transição à democracia, que aconteceria em

seguida, foi bastante atribulada. Juan Carlos I foi proclamado rei e o alto escalão ligado ao general comandou os passos até a realização das primeiras eleições, em 1977 (com vitória do UCD, partido de maioria franquista) e da elaboração da Constituição Espanhola de 1978.

Foi durante esse período conturbado, entre 1977 e 1978, com o país em ebulição, que uma pequena editora de Barcelona, La Gaya Ciencia, lançou a série *Libros para Mañana* (Livros para o Amanhã), composta por quatro obras informativas para crianças sobre sistemas políticos, classes e gênero.

Os dois primeiros, **A Ditadura É Assim** (texto de Equipo Plantel e ilustras de Mikel Casal) e **A Democracia Pode Ser Assim** (texto também de Equipo Plantel e ilustras de Marta Pina), chegam às livrarias brasileiras como aposta da Boitatá, novo selo infantojuvenil da Boitempo Editorial. A tradução e edição das obras é de Thaisa Burani.



Livro A Ditadura é Assim





Livro A Democracia  
Pode Ser Assim

A história por trás da série é fascinante.

A editora La Gaya Ciencia não existe mais. Os livros, fora de catálogo, foram resgatados em um sebo e republicados pela pequena e arrojada Media Vaca, com sede em Valência, que tem no catálogo ilustradores aclamados, como Arnal Ballester e o brasileiro Eloar Guazzeli.

A escolha da Media Vaca não veio por acaso: quarenta anos após a morte de Franco, o modelo da transição espanhola da ditadura à democracia ainda é tema de discussões. Pois a escolha da Boitatá caminha na mesma direção: 30 anos após o fim da ditadura brasileira, há quem ainda peça nas ruas a volta dos militares ao poder.

O texto, que continua atual, é direto quando tem de ser e poético quando consegue. Para conversar, as escolhas estéticas são bastante elegantes (vamos falar delas mais adiante). A combinação é rara no campo da política para crianças, tema até recentemente afogado por opções caretas – salvo boas e poucas exceções.

“Conversamos com educadores e eles sentem falta de material de apoio em sala de aula”, contou Thaisa, editora da Boitatá, ao Estúdio Voador. “E isso é uma coisa que a Boitempo sabe fazer.”

O foco do selo, que deve ir além de informativos e paradidáticos, cai sobre questões sociais e de representatividade, gênero e classes, sem perder o olhar para a literatura para crianças. “Queremos transmitir valores, falar de pautas políticas, sociais, cotidianas”, acrescentou.

O selo espera lançar os outros dois títulos da série, O que são classes sociais? e As mulheres e os homens no início de 2016, além de outros cinco livros durante o ano.

### **A Ditadura É Assim**

O resultado mais visível do primeiro lançamento da Boitatá é que agora dá para brincar de procurar duas figurinhas brasileiras – Médici e Geisel – na ótima galeria de ditadores que ilustra as guardas do livro. Eles estão ao lado de Videla, Stálin, Pol Pot, Mussolini, Hitler e do próprio Francisco Franco.

Quer brincar também? Encontre Médici na imagem abaixo.





Página do livro A Ditadura é Assim

Médici e Geisel não figuravam na edição original, claro. Quando o livro foi publicado na Espanha, Geisel ainda estava no poder. Por isso, o ilustrador Mikel Casal atualizou a galeria especialmente para a edição brasileira. Amostra do cuidado com a atualização da obra.

Os retratos dos ditadores dão o tom da qualidade das escolhas visuais do livro. Personagens achatados, ironicos, sem profundidade, formados por

figuras geométricas e restritos em espaços de figuras geométricas. Setas, triângulos, círculos, quadrados, quadrados e quadrados dão sensação de clausura em cores pesadas.



Página do livro A Ditadura à Assim



O texto é de um coletivo multidisciplinar chamado Equipo Plantel. Há raríssimas informações sobre quem eles eram, mas a atualidade do material – uma narrativa de início, meio e fim de uma ditadura – pretende mais do que apenas ensinar.

Como ela toma a trajetória de um ditador como exemplo, ela instiga novas perguntas. E deixa um caminho aberto: com o fim da ditadura, a trilha para a liberdade está aberta. Mas que liberdade é essa? É o que o livro número 1 da série tenta responder.

### **A Democracia Pode Ser Assim**

Substituição no time dos ilustradores. Saem os traços duros e irônicos de Mikel, entram as colagens da espanhola Marta Pina, com forte pegada dadaísta. Nada melhor para um livro sobre democracia, em que as regras existem (até mesmo o dadaísmo tinha regras) e a liberdade ainda é limitada (assim como as possibilidades que a técnica permite).

Vale ressaltar que Pina não foi a responsável pela ilustração original do livro, mas escolha da editora Media Vaca para refazê-lo.



Página do livro A  
Democracia Pode  
Ser Assim





Página do livro A Democracia Pode Ser Assim

Mais uma vez, o cuidado da edição com as guardas do livro chama a atenção. As fotos das crianças, que representam o futuro pós-ditadura, são de filhos de funcionários da editora e de leitores. Boa solução para substituir as fotos de crianças espanholas do original, que não tinham a mesma diversidade do público brasileiro.



Voltando à ilustração, Pina se esmera em trabalhar com imagens das primeiras décadas no século 20, que dão ao livro um tom nostálgico. A tecnologia aparece em forma de foguetes espaciais, televisores antigos, carros das décadas de 1960 e 1970 que devem ter saído de edições da Mecânica Popular e pessoas, muitas pessoas bem vestidas, entre imagens coloridas e em preto e branco, que parecem realizar sonhos a todo momento.



Página do livro A  
Democracia Pode  
Ser Assim

O texto, aqui, é um pouco mais sisudo em relação ao livro sobre a ditadura. Os autores não elegem um personagem ou trabalham com uma proposta temporal de começo, meio e fim. As linhas são descritivas, equilibrada entre prós e contras, erros e acertos. Soa como um manual introdutório sobre democracia, com a grande vantagem de ter um claro valor artístico. As colagens complementam os textos com bom humor. E são de encher os olhos.

Dois pontos extras para os livros: a adição de uma série de perguntas sobre a leitura ao final de cada livro e de dois textos de Ruy Braga e Leandro Konder, autores da Boitempo, como complemento às edições originais. Ótima proposição para instigar debates futuros.

Pois então. Vamos falar com as crianças sobre democracia e ditadura?

E também sobre colagens e ilustrações, ditadores e representatividade, texto e narrativa, e tantas coisas mais que os livros possibilitam?

Veja o texto original em Estúdio Voador:

<http://www.estudiovoador.com/blog/2015/12/7/ditadura-democracia>

# A criança e a cidade: experimentar para aprender

AUTOR (ES): **CAROLINA PRESTES YIRULA**



“Toda criança tem direito à cidade”. Foi assim que Irene Quintáns, arquiteta urbanista, fundadora da Rede Ocara, deu início à palestra que proferiu no Instituto Singularidades, para alunos da Pós Graduação “Infância, Educação e Desenvolvimento Social”. No encontro, ela falou sobre a importância da relação entre a criança e a cidade. “Se a criança não vivenciar as ruas e as diferenças, ela não assimilará essas realidades”, afirma a arquiteta.

A Rede Ocara defende a concepção de cidades amigáveis e desenvolve projetos sobre cidade, arte, arquitetura e espaço público nos quais participam crianças. A ideia defendida é a de que a criança precisa viver a cidade/bairro/comunidade da qual participa; vê-se a cidade como elemento essencial para o seu pleno e saudável desenvolvimento.

Mas, será que as crianças brasileiras (principalmente aquelas que moram nas grandes cidades) estão interagindo com os espaços públicos?

Hoje, principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo, acredita-se que a rua é um local perigoso e, assim, os pais optam por manter seus filhos dentro de casa, do carro, do shopping e tantos outros espaços

internos, 'protegidos do perigo das ruas'. Quintáns provoca: **Qual será o melhor lugar para uma criança?**

A arquiteta chama estes espaços fechados de 'caixas'; sem saída, sem oportunidades, sem surpresas. E, o hábito de viver dentro dessas caixas é extremamente nocivo para a saúde e para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Dentro de casa, por exemplo, temos a TV, o computador, o sofá. A criança que passa a infância frente a esses aparelhos perde oportunidades fundamentais para o seu desenvolvimento integral, já que o contato com o mundo é impedido, afetando assim a sua criatividade, sua autonomia, a construção de valores e a percepção do outro e de si mesma.

Uma criança que não sai da caixa é impedida de viver plenamente a infância. De casa pro carro, do carro pra escola, da escola pro carro, shopping, restaurante e assim vai. A experimentação do mundo torna-se repleta de limites e barreiras. É preciso equilibrar as vivências.

Onde estão os parques? As praças? As calçadas? As pessoas que passam nas ruas? Como colher as flores e folhas que caem das arvores? Como observar os passarinhos que cantam lá fora? Tudo isso é escondido da criança, quando não lhe dão a oportunidade de vivenciar o entorno em que está inserida.

Do lado de fora existem infinitas surpresas e aprendizados: é possível correr, conhecer pessoas, descobrir flores e insetos, sentir texturas e cheiros, observar as cores, aprender nomes de ruas, imaginar histórias, fazer carinho no cachorro que passa! É possível conhecer o mundo e também as regras da sociedade, entrando em contato direto com as noções de cidadania.

Tudo isso a criança aprende por meio da vivência pessoal e não pela tela de uma TV ou pela fala da professora. O aprendizado e o desenvolvimento acontecem pela experiência, e isso é forte, é determinante.

Será, portanto, saudável manter as crianças trancadas nas caixas, muitas vezes impostas pelo discurso do medo e do consumo? Estudos apontam que mais de 1 milhão de crianças brasileiras apresentam quadros de diabetes, 39% estão obesas e, provavelmente, manterão tal condição na vida adulta.

Sim, isso tem a ver com alimentação, com falta de exercício e com estilos de vida que privam o contato com espaços externos.

As crianças merecem sair das caixas e vivenciar seus entornos. Os adultos, porém, precisam compreender que relacionar-se com a cidade (e o mundo), não por meio de relatos, mas por meio de experiências reais, é determinante para o desenvolvimento saudável e pleno da criança.

*Carolina Prestes é formada em Comunicação Social pela ESPM-SP. Coursou especialização em Mídia, Informação e Cultura pela ECA-USP e atualmente é pós-graduanda em Infância, Educação e Desenvolvimento Social pelo Instituto Singularidades. É editora do Blog 'Além dos Muros da Escola' e integra a equipe de Educação e Cultura da Infância do Instituto Alana*

Publicado originalmente no Blog 'Além dos Muros da Escola' -  
<http://bit.ly/1ALJWnH>

# Escolas rompem barreiras e levam crianças para ocupar e aprender na cidade

AUTOR (ES): **DANILO MEKARI**





Ao fotografar a escultura de madeira Milon de Crotona, na qual o artista Pierre Puget retrata a luta entre o atleta grego e um leão, um aluno pergunta para a professora: “O rei da floresta existe de verdade? Eu só vejo leão em desenho, fotos, filmes e agora aqui, no Parque Buenos Aires.”

A atividade busca registrar o olhar fotográfico de cada criança da EMEI Monteiro Lobato, situada na região central de São Paulo. E representa apenas um dos muitos exercícios fora do ambiente escolar que a instituição de ensino possibilita às suas crianças – a escola promove também visitas pedagógicas ao Museu de Arte Brasileira (MAB), ao Instituto Moreira Salles e à Biblioteca Monteiro Lobato.

Bastou essa sutil e ingênua pergunta para que a gestão escolar agendasse mais uma visita a um espaço educativo da cidade: o zoológico municipal. Classificados pela diretora da EMEI, Eloisa Bassani, como “vivências diferenciadas”, esses momentos de aprendizagem externa se tornaram comuns na rotina escolar – são valorizados não apenas pelas crianças, mas também pelos docentes, funcionários e famílias.

“Para a criança estar apta a ler e escrever é necessário o desenvolvimento neurológico, que está intimamente ligado ao desenvolvimento físico: esses



momentos são propícios para saltar, correr, pular e brincar livremente”, afirma Eloisa, que vê nessa abordagem da escola uma proximidade com a educação integral. Sua assistente, Tânia de Oliveira, observa no dia a dia o reflexo dessas aprendizagens. “Após os passeios, as crianças criam brincadeiras com elementos das aprendizagens externas. A conversa fica mais rica, pois trata-se de uma fase de descoberta e encantamento.”

Tirar o aluno do espaço escolar e levá-lo para a cidade, expandindo as possibilidades de aprendizagem e permitindo que aquela pessoa em desenvolvimento se aproxime da realidade do território onde vive e estuda, sempre foi uma premissa da educação integral. Questões urbanas problemáticas como segurança e mobilidade, contudo, ainda fazem com que muitas escolas mantenham as portas fechadas para a cidade.

“Antes de tudo, é preciso construir a ponte para a comunidade entrar na escola. Depois, o caminho de volta – ou seja, a escola sair para explorar a comunidade – torna-se algo natural”, aponta Mônica Galib, diretora da EMEI Gabriel Prestes, outra escola na região central de São Paulo que promove itinerários educativos pela cidade. Longe de omitir os desafios dessa empreitada, Mônica adverte: “Não se aproxima os pais da escola com uma reunião. É através da nossa prática pedagógica, sempre em busca de aprimorar o diálogo com a cidade, que estreitamos essa relação.”

As saídas da Gabriel Prestes variam entre os mais diversos destinos: Praça Roosevelt, Biblioteca Mário de Andrade, livrarias, feiras e sacolões localizados no entorno do espaço escolar. Muitas vezes, pais e até mesmo avós das crianças participam das atividades externas. “O aluno que chega aqui já passou pelo centro e tem contato direto com a cidade. Não posso fazer de conta que a rua não existe. É preciso mostrar o espaço urbano com o olhar pedagógico e até mesmo poético”, reflete Mônica.

A diretora também percebe nitidamente os resultados de um projeto pedagógico que aposta na rua e no espaço público. “Vejo através do comportamento da criança, sua desenvoltura, sua forma de comunicação. É uma criança que questiona e isso é saudável.” Para ela, a função da escola infantil não é alfabetizar, mas sim proporcionar um “letramento de mundo e de cidade”.

Há cinco anos, a parceria entre gestores, docentes, estudantes, funcionários e famílias tem sido responsável por trilhar o caminho de uma aprendizagem que transcende a sala de aula, consolidando processos de gestão democrática e contribuindo para a co-responsabilização pela educação das crianças nessas escolas.

Mas não para por aí. Uma das metas da gestão da EMEI Monteiro Lobato para o segundo semestre letivo de 2015 é ampliar as experiências voltadas para pais e mães de alunos. A escola também prevê a realização de uma formação externa voltada para os funcionários. “A ideia é que todo o corpo escolar saiba o que as crianças estão vivenciando lá fora e possa trocar experiências mais facilmente, tanto com as crianças como com os pais”, explica Tânia.

### **Do outro lado da ponte**

“Localização privilegiada”. As diretoras das EMEIs utilizaram essa expressão para definir o território onde estão inseridas. Elas identificam com facilidade as oportunidades educativas e culturais que o centro de São Paulo oferece e reconhecem as modificações que esse cenário sofre à medida que se aproxima das periferias.

A distância do centro e de equipamentos culturais consagrados, porém, não impede que escolas localizadas nos extremos da cidade organizem saídas, mapeamentos e visitas aos seus territórios. É o caso do CEU Alvarenga, o único equipamento cultural disponível na região da Pedreira, na zona sul do município. Lá, crianças saem para fotografar o bosque vizinho e jovens percorrem trajetos educativos pelas ruas, becos e vielas. Cortejos, saraus e contação de histórias completam as atividades realizadas no espaço público.

“Experiências como essa fazem com que os alunos se apropriem de suas identidades, trazendo suas vivências para dentro do espaço escolar”, opina Luci Guido, gestora do CEU. “Na rua, as crianças têm uma organização própria e é só fora que percebemos o quanto a escola está aquém do conhecimento. Explorando o bairro, elas nos contam histórias, vivências, lembranças. É um processo apaixonante, e vamos construindo pautas de formação a respeito dessas experiências.”

Os percursos são acompanhados por líderes comunitários locais e ainda contam com a presença de funcionários do CEU. “Quando estamos na rua somos todos iguais. Essa é a riqueza das experiências externas”, aponta a gestora.

Também na zona sul da cidade, a EMEI Chácara Sonho Azul fez questão de assinalar em seu projeto político-pedagógico que “a criança tem direito à cidade”. “Por estarmos na periferia, as famílias têm dificuldade de usufruir o patrimônio cultural paulistano. Por isso, achamos importante constar no currículo da escola”, defende Antonio Norberto, diretor da EMEI.

Localizada próximo à represa Guarapiranga, a escola tem levado as crianças às áreas verdes, aos parques ecológicos e até mesmo às feiras livres da região. Os trajetos costumam ser feitos a pé, valorizando o entorno da escola. “É essencial que a criança tome conhecimento da cidade. O quanto antes isso for feito, mais significativo será para a sua aprendizagem, pois sai de uma abordagem só de conteúdo e amplia para a experiência, vivência, criando um jeito legal de aprender”, opina Norberto.

### **Cidade para crianças**

Voltando ao centro, Eloisa ressalta as transformações que o espaço urbano vivencia quando incorpora as crianças em seu cotidiano. “A despeito de violência, temos espaços educadores na nossa cidade e condição de levar as crianças para participarem da rotina urbana, favorecendo um elemento importantíssimo para o desenvolvimento da sociedade – a infância.”

Já Mônica lamenta que os planejadores da cidade ainda não considerem meninos e meninas nos processos de decisão. “Se o espaço urbano pensar na criança, ele naturalmente vai ser mais educador e fará com que avancemos na questão da cidadania pedagógica. Como é que o sistema quer adultos educados se a criança não participa da cidade? Ninguém nasce aos 14!”

# FILHOS DO CRACK

AUTOR (ES): **MARIA CECILIA AFLALO**



O Brincar pulsa na criança em qualquer hora e lugar; na alegria, na tristeza, na tragédia.



Praça 14 bis - São  
Paulo - Ago 2015



Praça 14 bis - São  
Paulo - Ago 2015



# Crianças da Minha Quebrada

AUTOR (ES): **SHEILA SIGNÁRIO**



Crianças da minha Quebrada é um ensaio desenvolvido pela fotógrafa Sheila Signário em Paraisópolis, favela na periferia sul de São Paulo, o ensaio mostra de forma lúdica e poética o cotidiano das crianças em Paraisópolis.

## Criança em cortiços: identidade e vulnerabilidade

AUTOR (ES): **DRA. ROSELENE CREPALDI** 2010



Cortiço é a denominação de um tipo de moradia popular muito comum na cidade de São Paulo. Esse tipo de moradia, em que um grande número de famílias alugam pequenos quartos de um grande casarão, ou edifício, com graves problemas de infra-estrutura, manutenção, limpeza, mantém as mesmas características desde o final do século XVIII até os dias atuais. Com uma tipologia diversificada, encontramos na cidade cortiços de um ou mais pavimentos, com cômodos independentes ou conjugados, banheiros e cozinhas individuais ou coletivas, com ou sem quintal, etc.

Seus moradores, (adultos e crianças), oriundos, em geral de outros Estados e municípios, vivem, ou sobrevivem, em condições sanitárias bastante precárias, em ambiente algumas vezes violento, com problemas de desemprego, subemprego, saúde, educação, falta de infraestrutura sanitária, alta densidade de moradores, etc. Esse tipo de moradia, alvo de diversos estudos e intervenções por meio de políticas públicas, dispõe de legislação que a caracteriza e estabelece padrões e normas para melhoria da qualidade de vida de seus moradores, com destaque para a Lei Moura de 1991 e o Plano diretor da Cidade de São Paulo 2010.

Na primeira parte do nosso trabalho, pretendemos aprofundar o conceito de cortiço presente nas diferentes fontes pesquisadas, um breve histórico e a legislação que o normatiza. Na segunda parte, relataremos as informações encontradas sobre as iniciativas das autoridades dos diferentes níveis de governo para superar essa situação precária de habitação e as parcerias com instituições de ensino e organizações sociais na busca de soluções, para os moradores de cortiços.

Verificamos que existem políticas e programas nos diversos âmbitos governamentais que buscam solucionar essa problemática social tão complexa. Esse cenário multifacetado, com aparência caótica, que nos remete a origem da palavra, vinculada com as cavidades de uma colmeia, onde abelhas e vespas operárias depositam o resultado de seu trabalho frenético de coleta de pólen para a elaboração do mel, nos leva a pensar sobre a situação das crianças pequenas que moram nesses locais, em especial porque acreditamos que é preciso investir no seu desenvolvimento integral.

Existem crianças nessas moradias? O que fazem? Estudam? Tem acesso aos postos de saúde, outros programas públicos e privados? Têm seus direitos respeitados? Muitas dessas questões ainda não puderam ser respondidas, indicando que os documentos disponíveis não possuem informações a respeito e também que os órgãos governamentais não possuem tais informações sistematizadas e disponíveis aos pesquisadores.

A terceira parte do trabalho pretende dar visibilidade às crianças moradoras em cortiços e pela complexidade de acesso, in loco, utilizaremos das imagens disponíveis nos sites pesquisados e disponível, para melhor compreender o fenômeno de moradia em cortiços. Para fundamentação desse trabalho tomamos por base, livros, pesquisas, teses, monografias, relatórios, e notícias sobre a temática cortiço, sempre buscando encontrar informações e dados a respeito das crianças e seus direitos: desenvolvimento pleno em uma habitação segura, com espaços em condições de higiene adequados, ambiente tranquilo e harmônico, sem riscos para sua integridade física e psicológica.

## Kidzania, cidade nada ideal para crianças

AUTOR (ES): **LAIS FONTENELLE**



"Deve ter alamedas verdes  
A cidade dos meus amores  
E, quem dera, os moradores  
E o prefeito e os varredores  
E os pintores e os vendedores  
As senhoras e os senhores  
E os guardas e os inspetores  
Fossem somente crianças."  
"A cidade ideal", de Chico Buarque

Um empreendimento global para crianças entre 4 e 14 anos invadiu o subsolo do Shopping Eldorado, em São Paulo, nestas férias de verão. Prometendo mais do que fantasias a um preço "camarada" de 100 reais por criança e 50 por adulto, esse parque de diversões coloca empresas e produtos em contato direto com crianças, com a clara intenção de criar consumidores fieis a marcas "do berço ao túmulo", como dizem os publicitários.

O parque vai além do conceito de diversão propriamente dito e traz, na origem, a ideia de aprendizagem pela brincadeira, orgulhosamente chamada de "edutenimento". Criado em Santa Fé, no México, no final da década de 1990, e inicialmente conhecido como cidade das crianças, o Kidzania é hoje uma marca global presente em mais de 15 cidades do globo, contabilizando

um número superior a 10 milhões de visitas. Nessa inocente brincadeira de faz de conta o mercado internacional percebeu, desde 2006, uma maneira lucrativa de envolver crianças e torná-las leais a marcas, que ali se espalham de forma nada comedida.

Em recente depoimento à *The New Yorker*, o mexicano Xavier López Ancona, criador do empreendimento, diz explicitamente que o parque, em formato de cidade, é uma potente plataforma para se criar lealdade às marcas nessa sociedade de consumo. A ideia original vendida nesse espaço é ser um parque educacional indoor que oferece, às crianças e seus pais, um ambiente supostamente seguro que permite à garotada exercitar comportamentos adultos da vida urbana – de forma autônoma e independente. Tudo isso, segundo seus criadores, fazendo o que há de mais divertido e importante na natureza infantil – que é brincar.

Sabe-se, porém, que o brincar, como uma experiência singular de linguagem da criança, é uma potente forma de socialização, exercício de cidadania, elaboração de conflitos, além de um exercício de comportamento futuro – mas somente quando a criança é autora de suas brincadeiras e escolhe onde, quando, com quem e como irá brincar. Nada contra brincadeiras dirigidas, em especial quando acontecem num curto espaço de tempo e os pais decidiram. Mas, quando as brincadeiras são mediadas por marcas, sem autorização, temos um problema. No Kidzania as crianças brincam de piloto, jornalista ou engenheiro em trocas sociais e afetivas mediadas pelo consumo e troca monetária. A ideia de ingresso no parque é “pegue seu dinheiro, faça mais dinheiro e gaste como desejar”.

Visualmente, o espaço é uma cidade construída à escala das crianças (sempre dentro ou próximo de shopping centers), com prédios, ruas pavimentadas, veículos e até uma linguagem e economia próprias. Porém, o mais impressionante ali não é a verossimilhança com as cidades, mas a integração do mundo real através das marcas expostas, que patrocinam as empresas da cidade e suas atividades.

O discurso falacioso é de que a autenticidade melhora a experiência, e que as crianças aprendem de forma interativa com as melhores pessoas que lhes podem ensinar sobre poupança e investimento – um banco, por exemplo. Além das marcas multinacionais ou nacionais, há atividades financiadas pelo



governo, inclusive, em forma de propaganda de serviços na intenção de desenvolver a responsabilidade cívica dos pequenos ou até mesmo prepará-los para um mundo melhor. Encontramos ali, além de bancos e redes de fastfood, agências de correios, hospital ou até mesmo uma unidade da Unicef.

A relação das crianças com as cidades deveria ser, sem dúvida, enaltecida e privilegiada na contemporaneidade, principalmente pelas famílias e escolas, pois “a rua é uma aula, uma lousa”, como bem observou o professor espanhol Jaime Martínéz Bonafé. Um lugar onde se escrevem e se exercitam valores, saberes e histórias a partir das relações que ali se estabelecem. As cidades poderiam inclusive, diz ele, ser adotadas como currículo escolar – com situações que produzem conhecimento sobre o mundo. Portanto, em vez de privilegiarmos a construção ou até mesmo passeios em espaços privados para as crianças exercitarem sua autonomia e independência, faz-se urgente um olhar mais cuidadoso para as cidades e espaços públicos para que esses, sim, sejam mais amigos das crianças.

Somente nas cidades reais, com suas contradições pulsantes, é que somos capazes de nos afetar, nos relacionar e assim transformar realidades. É somente a partir da vivência plena de uma vida na pólis que somos capazes de exercitar nossa cidadania e entender completamente o significado de comunidade, cuidado, troca e brincadeira. Esse tipo de experiência não pode acontecer em cidades planejadas à escala das crianças com a intenção, clara, de cooptar pequenos consumidores e fidelizá-los às marcas.

Faz-se urgente, então, devolver as crianças às ruas e as ruas a elas, além de deslocarmos a aprendizagem para fora de espaços privados e das instituições de ensino, como bem postulou Bonafé. Faço aqui uma convocação a urbanistas, engenheiros, prefeitos, secretários, comunicadores, a toda a sociedade civil, para refletir não somente sobre esse parque de diversões e o que ele de fato vende, mas também sobre as mensagens que as cidades reais passam para as crianças desde a mais tenra idade. Assim como Chico Buarque, na letra de A Cidade Ideal, deveríamos todos cantar por cidades mais humanas e sustentáveis.

*Lais Fontenelle Pereira, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio e autora de livros infantis, é especialista no tema Criança, Consumo e Mídia. Ativista*



*pelos direitos da criança frente às relações de consumo, é consultora do Instituto Alana, onde coordenou durante 6 anos as áreas de Educação e Pesquisa do Projeto Criança e Consumo.*

*Texto previamente publicado no Blog Outras Palavras:*

*<http://outraspalavras.net/brasil/kidzania/>*